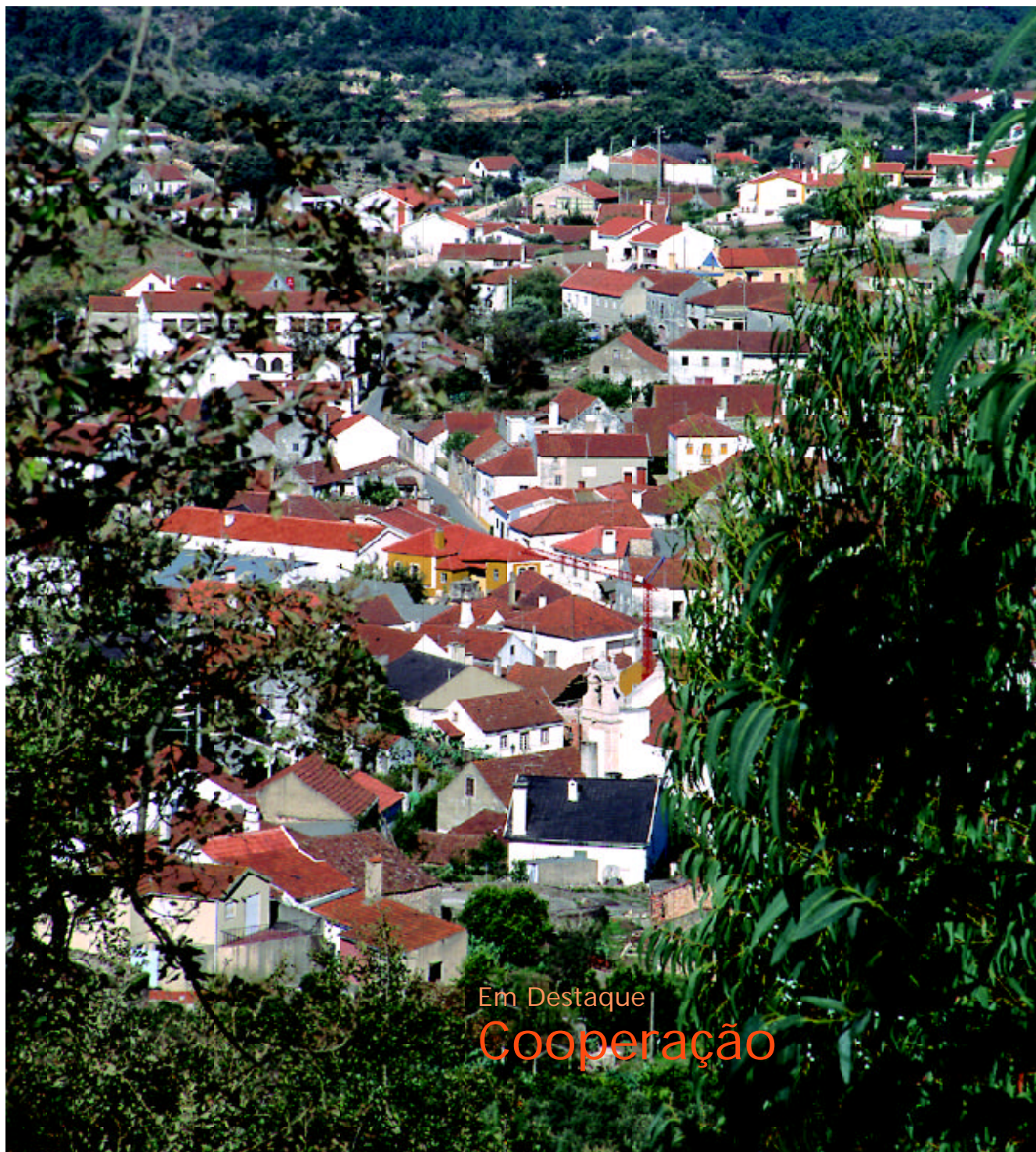


PESSOAS LUGARES

Jorna de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

Directora: Cristina Cavaco

II Série | Nº 8 | Abril 2003



Fotografia / C.M. Beja / ADNE

Em Destaque
Cooperação

P 9 a 12 Territórios - Alta Estremadura

P 15 II CNA LEADER+ | P 17 e 17 MANIFesta 2003 | P 19 Agenda da Rede | P 20 Jasmim

Sem cooperação não há desenvolvimento

Tornou-se quase da ordem do senso comum considerar que sem cooperação não há desenvolvimento. Este princípio básico das metodologias de desenvolvimento local é o que genericamente poderíamos considerar fundador dos laços sociais baseados na troca e na cooperação.

Neste número do *Pessoas e Lugares* fala-se de cooperação. Tornou-se quase da ordem do senso comum considerar que sem cooperação não há desenvolvimento. Este princípio básico das metodologias de desenvolvimento local é o que genericamente poderíamos considerar fundador dos laços sociais baseados na troca e na cooperação.

A propósito do seminário *Estender as redes da cooperação LEADER*, a acontecer nos próximos dias 22 e 23 de Maio, em Sesimbra, damos eco de algumas ideias sobre este tema.

No artigo *Cooperação, um processo de crescimento*, sublinham-se algumas características marcantes dos projectos de cooperação apresentados pelos GAL portugueses até ao momento no âmbito do Programa LEADER+ : cerca de 140 projectos, grande parte ainda por aprovar formalmente, 80 dos quais orientados para a cooperação nacional. No que diz respeito à cooperação transnacional, um terço dos projectos são realizados com parceiros de territórios exteriores à União Europeia.

As dinâmicas de cooperação poderão também constituir um passo importante para uma reflexão das ADL sobre a sua actividade agora e no futuro, introduzindo quer internamente quer num processo de discussão partilhado pelas diferentes associações, as questões da qualidade, de sustentabilidade, das sinergias e complementaridades com outras iniciativas e programas, como se sugere o artigo assinado pela Federação Minha Terra.

Cooperar em Português constitui um exemplo de um projecto de cooperação transnacional realizada com o Brasil e tem como objectivos centrais a abordagem conjunta de temas de interesse comum como é o caso do Programa LEADER+ , dos Sistemas de Apoio a Micro e Pequenas empresas e das Metodologias de Participação das Comunidades. Este projecto que envolve as ADL da Beira Litoral reúne também um grande número de parceiros brasileiros, tais como a RITS, Rede de Informações para o Terceiro Sector, a Rede DLIS, Universidades e Centros de Estudos. É justamente um destes parceiros - Rede DLIS que nos traça um breve panorama sobre as dinâmicas de desenvolvimento local no Brasil, as metodologias adoptadas e as diferentes abordagens em função dos territórios e dos agentes implicados nestas acções.

No artigo *Cooperação, um instrumento de apoio ao desenvolvimento local* é lançado um desafio ao movimento LEADER: "ou ganhar definitivamente a sua legitimidade social oferecendo resultados avançados em matéria de desenvolvimento local, apenas possíveis se se realiza uma cooperação real entre grupos e territórios e se aprofunda a representatividade dos grupos, ou ir perdendo energia e protagonismo" numa Europa que vive um processo de mudanças aceleradas.

A abordagem participativa, associando instituições públicas e produtores no campo da agricultura são objecto de uma apresentação neste *Pessoas e Lugares*, realizada pela FAO, de um modelo de análise descentralizado (RED-IFO) desenvolvido a partir de diferentes experiências em vários países da Bacia Mediterrânea



O artigo *Cooperação e Luta contra a Pobreza* relata todo o processo de construção do Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural em Cabo Verde inspirado em grande parte nas metodologias do Programa LEADER. A cooperação actual evoluiu de uma assistência técnica para formas de cooperação descentralizada e horizontal e assume várias dimensões: humana e societal, interpessoal e interactiva, cultural e mobilizadora de novas atitudes e novos comportamentos, como se quer que seja qualquer processo de cooperação.

E porque a Manifesta é uma iniciativa que se foi construindo através e com as histórias da cooperação de tantos actores, grandes e pequenas associações, anónimos cidadãos e personalidades, espalhados pelos diferentes pontos do Continente e Ilhas que continuam a acreditar que é possível a mudança, a inovação e sobretudo a participação que rima com cidadania, também se apresenta um relato dos dias passados na vila branca Alentejana, bem como a Declaração de Serpa. A Alta Estremadura - geograficamente posicionada entre a Serra e o Mar, é o território apresentado na rubrica *Territórios*. Partindo do conhecimento fundamentado das realidades do território a ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura pretende insistir na promoção da identidade do território, através do apoio à inovação, à multidisciplinaridade, e os saber-fazer, promovendo assim um desenvolvimento sustentável.

Jasmim é o evocativo nome de um estúdio de vidro da Marinha Grande que reúne alguns dos melhores artistas vidreiros, que apresentamos na rubrica *Produtos e Produtores*. Numa atitude de capacidade de incorporação da inovação, desenvolveu-se a concepção de um estúdio aberto onde se recebem artistas e criadores de várias áreas, tais como *design*, arquitectura e artes plásticas, que facilitou o processo de internacionalização da empresa cujos produtos podem ser comprados tanto no mercado europeu, como em países do continente americano, asiático ou africano.

Cristina Cavaco

Cooperação, um processo de crescimento

Para que os GAL consigam delinear estratégias e aplicá-las no local é necessário que troquem experiências com os agentes de outros territórios. É este o desafio lançado pela cooperação aos GAL.

Falamos de desenvolvimento local não significa necessariamente fecharmos sobre nós mesmos e olharmos apenas para o nosso “umbigo” – o local. Pelo contrário, para que os agentes de desenvolvimento, nomeadamente os Grupos de Acção Local (GAL), consigam delinear estratégias e aplicá-las no local, é necessário que tenham o discernimento e a humildade suficientes que os leve a trocar experiências com os agentes de outros territórios por forma a adquirirem um conhecimento mais solidificado e lúcido das questões que querem tentar resolver nas suas próprias zonas de intervenção.

Muitas vezes, os problemas em que se quer intervir abrangem vários territórios, com diferentes cambiantes talvez, mas frequentemente com um denominador comum que pode ser levado a cabo, com vantagem, por vários parceiros unidos pelos mesmos objectivos. Outras vezes, para se resolver o que importa no local é importante conhecer o que é ou foi feito de similar noutros locais. Aqui aparece-nos a pujança da filosofia LEADER em pelo menos três das suas vertentes mais nobres: a visibilidade, a demonstratividade e a transferibilidade das acções. Seguidamente, se chegarmos à conclusão, que não nos basta conhecer as experiências de outros, mas queremos efectivamente trabalhar com eles para, em conjunto, resolvermos problemas comuns, mergulhamos noutra importante característica da abordagem LEADER que é a parceria.

E é aqui que alguns dos nossos GAL ainda têm um caminho longo a percorrer. Esse caminho é o desafio que lhes é lançado pela Cooperação, processo que pode apresentar inicialmente algumas dificuldades, como sejam as barreiras linguísticas, as diferenças culturais, a distância geográfica, a dificuldade em clarificar as necessidades e os objectos da cooperação, o encontrar os parceiros adequados e a escassez de dotação financeira para pôr tudo em marcha. Apesar destes constrangimentos, quer se queira quer não, o principal obstáculo para percorrer os caminhos da cooperação continua a residir na mentalidade ainda fechada à volta do local que subsiste nalguns agentes de desenvolvimento em geral e nalguns GAL em particular.

Projectos de cooperação em marcha

O LEADER+ pretende dar um toque de qualidade à filosofia LEADER e naturalmente que a Cooperação se encontra abrangida por esse objectivo, tendo sido alvo, pelo menos na fase de concepção do Programa, de uma atenção especial por parte da Comissão Europeia ao atribuir-lhe um Vector ou Eixo Prioritário individualizado. Só que por Bruxelas nem tudo começou bem; ou melhor há coisas importantes que nem sequer ainda começaram. Referimo-nos à criação do Observatório do Mundo Rural no contexto do LEADER+, que só começará a funcionar lá para finais do corrente ano, ou seja, a meio do actual exercício de programação. Esta é uma lacuna importante, apontada por Portugal e pelos restantes membros da União Europeia à Comissão, porque se pretende que o dito Observatório seja o catalizador de uma rede europeia, com reflexos imediatos no número e na qualidade dos projectos de cooperação a que já poderia ter induzido.

Para dar uma ideia do atraso comunitário nesta matéria, será bom referir que não só o site web LEADER+ ainda não está completo, como nem sequer existe na Comissão uma listagem completa e atualizada dos endereços e contactos dos GAL, das redes nacionais e dos organismos intermediários e autoridades de gestão nacionais; afinal, pequenos detalhes que podem significar muito no que toca ao fomento da cooperação LEADER europeia. Os membros da União têm sido muito críticos para com a Comissão sobre este estado de coisas e, talvez, por isso os trabalhos comunitários nesta matéria tenham ganho ultimamente algum ritmo.

Por cá, embora as despesas totais de cooperação apresentadas pelos GAL ainda sejam, à data do último pedido de reembolso (31/01/03), reduzidas (cerca de 124.000 euros), existem neste momento projectos de cooperação em marcha e sobretudo muitas ideias de cooperação que os GAL têm de cimentar e pôr em prática. Pode dizer-se que existem presentemente cerca de 140 projectos, grande parte ainda por aprovar formalmente, dos quais 80 virados para a cooperação nacional e os restantes para a transnacional. Refira-se que cerca de 60% destes projectos se encontram centrados na promoção dos produtos, metade na promoção dos territórios e 25% centrados na aquisição de competências nas áreas das TIC e da qualificação profissional. Pode também dizer-se que um terço dos projectos de cooperação transnacional se encontra virado para parceiros de territórios exteriores à União Europeia, nomeadamente PALOP, Brasil, Chipre, Roménia e Bulgária.

A situação presente a nível de Portugal, embora quando comparada com os restantes estados membros não seja má, não deixa de requerer uma atenção especial por parte do Organismo Intermediário e Célula de Animação Nacional (IDRHa), pois é sabido que os projectos de cooperação, nomeadamente os transnacionais, requerem algum tempo para a sua execução e igualmente requisitos técnicos importantes.

Assim, assume especial relevo a assistência técnica à cooperação a qual pode ser encarada a dois níveis:

- ao nível global da motivação e qualificação dos GAL para a cooperação, através do apoio dado pelo Vector 3 - Animação e Colocação em Rede, promovendo a realização de fóruns, jornadas técnicas e seminários, como é o caso do Seminário a realizar nos próximos dias 22 e 23 de Maio em Sesimbra, no qual se conta com a presença de GAL, de células de animação de vários países e de representantes oficiais, designadamente da Comissão Europeia e de especialistas, com o objectivo de dar a conhecer o que se passa lá fora no domínio da cooperação, de esclarecer alguns aspectos-chave da cooperação e de proporcionar uma excelente oportunidade para iniciar parcerias;
- ao nível dos próprios Planos de Cooperação dos GAL, nos quais se integrou uma medida de Assistência Técnica, representando 15% do montante elegível do Plano, destinada a financiar as actividades de lançamento dos projectos de cooperação e todas aquelas que, ao nível do Plano, o GAL empreenda no sentido de pôr em execução esse mesmo Plano.

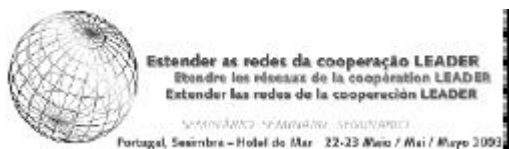
Por fim, importa sublinhar que é necessário que alguns dos nossos GAL saiam da sua concha e experimentem cooperar com outros parceiros. Desde que se constitua uma parceria adequada e sólida, formalizada num protocolo de cooperação que clarifique as responsabilidades dos parceiros, que se identifique o objecto de cooperação e que ele seja incluído num plano de acção detalhado e objectivo em que se consigam apontar as mais-valias esperadas para os territórios envolvidos, há que ter alguma ousadia e alguma ambição e enveredar pela cooperação, nunca esquecendo que o projecto deve ser acompanhado, avaliado e divulgado localmente.

Em suma, há que dar o salto, há que melhorar a nossa vivência e o nosso conhecimento, partilhando as nossas preocupações e necessidades com parceiros que apresentem interesses afins.

Por outras palavras, há que arriscar e crescer para melhor desenvolver.

De que estamos então à espera?

Guilherme Lewes
IDRHa



Apresentação

A experiência resultante da implementação de projectos em cooperação, durante o LEADER II, permitiu realizar intercâmbios de ideias e de produtos, promover territórios, criar sinergias e redes, ou seja, afirmar a filosofia do programa para além do nível local. Mas, as dificuldades que os GAL encontraram revelaram-se no atraso do lançamento dos projectos em cooperação em relação aos demais.

Esta seminário visa promover a cooperação nacional e transnacional entre territórios rurais da União Europeia, e outros território, nomeadamente através da troca de informação sobre processos de cooperação embrionários ou "em curso". Nesta iniciativa será dada uma atenção especial aos casos que envolvem estruturas dos países do sul comprometidas em processos de desenvolvimento rural similares ao PIC LEADER+. Pretende-se também contribuir para construir uma resposta coerente ao crescente interesse que a "metodologia LEADER" suscita fora da União Europeia.

Com o objectivo de divulgar os produtos e o turismo da zona rural da Península de Setúbal, território anfitrião do Seminário Estender as Redes de Cooperação LEADER, a ADREPES vai colocar a disposição dos participantes uma mesa com produtos de qualidade emblemáticos da região: Queijo de Azeitão, manteiga e queijo de ovelha, vinhos DOC de Palmela e Regional Terras do Sado, Moscatel de Setúbal DOC, Fogaças de Palmela e de Alcochete, SS's de Azeitão, bolinhos de amêndoa, cascas de laranja de Setúbal e Charcutaria do Montijo. Durante os intervalos a ADREPES convidou alguns artesãos a mostrar a sua arte tradicional: olaria, azulejaria, cestaria e confecção de bandarilhas. As flores das estufas do Montijo decorarão as salas.

Após o jantar do dia 22, actuará o conjunto "Nova Galé" de Sesimbra, composto por músicos amadores e profissionais, alguns dos quais pescadores, que após um trabalho de recolha, divulgam temas de poetas e compositores sesimbrenses, recorrendo a instrumentos originais.

Programa*

Quinta-feira, 22 de Maio de 2003

- 09h00 - Entrega de documentação
- 09h30 - Abertura do seminário
*Comissão Europeia
Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica
Federação Minha Terra
Câmara Municipal da Sesimbra*
- 10h15 - A cooperação como instrumento de apoio ao Desenvolvimento Local
Eduardo Ramos, Universidade de Córdoba
- 11h15 - Pausa para café
- 11h45 - Enquadramento comparativo da cooperação no âmbito do LEADER+ nos vários Estados Membros.
Jean-Michel Courades, Comissão Europeia
- 12h30 - Projectos de cooperação abertos à participação de novos parceiros
Apresentação das comunicações e da sessão de cartazes
- 13h00 - Almoço
- 15h00 - Grupos de trabalho, apresentações temáticas, reuniões em grupos restritos, apresentações de cartazes
- 18h00 - Apresentação geral do PIC LEADER
sessão informal dirigida aos participantes de fora da UE
- 20h30 - Jantar, seguido de uma actuação do Grupo "Nova Galé".

Sexta-feira, 23 de Maio de 2003

- 09h30 - Apresentação de iniciativas de desenvolvimento local em curso nos países do sul.
*Jorge Guimarães, PLPR, Cabo Verde
Caio Silveira, Rede Dlis, Brasil*
- 11h00 - Pausa para café
- 11h30 - Mesa redonda "Novos caminhos para a cooperação"
*Moderador: Carlos Cabral, ASSESCA-PLP
Participantes:
Jean Bonnal, FAO, Roma
Mohamed Manssourí, FIDA, Roma
Augusto Correia, ISA-UTL, Lisboa*
- 13h00 - Balanço e importância da cooperação no futuro dos territórios rurais e das ADL
Federação Minha Terra
- 13h30 - Sessão de encerramento
*Comissão Europeia
Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica
Federação Minha Terra
ADREPES*
- 14h00 - Almoço
- 15h30 - Reuniões complementares em grupos restritos

* sujeito a alterações de última hora



A cooperação face aos desafios dos territórios rurais

Numa sociedade do conhecimento e da inovação, na qual se assiste a um processo crescente de mundialização dos valores e dos comportamentos humanos, assumem especial importância as iniciativas relativas a processos organizados de cooperação. Esta afirmação tem uma dimensão especial quando aplicada em meio rural e no contexto da Iniciativa Comunitária LEADER +.

Se por um lado, é claro que um dos objectivos que norteiam as políticas públicas de cooperação da União Europeia (UE) é o de promover e consolidar uma consciência de cidadão europeu, por outro, é também claro que há uma autonomia e margem de decisão que deslocam para as Associações de Desenvolvimento Local (ADL) gestoras da IC LEADER+, uma responsabilidade significativa no desenho e construção dos projectos de cooperação.

As incertezas que se vivem relativamente à reforma da PAC e, nesse contexto a importância e figurino que o segundo pilar irá assumir, as incertezas vividas relativamente às políticas públicas nacionais de incidência no espaço rural, assim como as referentes ao futuro da IC LEADER pós 2006, constituem parte do quadro que consideramos fundamental atender na construção dos projectos no âmbito do Vector 2.

A cooperação poderá significar, neste momento, uma oportunidade excelente para trabalhar no sentido da consolidação dos territórios rurais e das ADL. Neste processo algumas questões/alguns desafios, assumem, no nosso entender, uma importância significativa:

- a qualificação das ADL, dos territórios e dos produtos;
- a sustentabilidade das ADL, dos territórios e dos produtos;
- a dimensão nacional da cooperação e a sua dimensão transnacional com um envolvimento atento dos países de expressão portuguesa;
- o estender da cooperação rentabilizando e trabalhando com outros programas europeus e internacionais de apoio à cooperação.

A qualidade traduz um processo e esforço permanentes de resposta às exigências e expectativas actuais dos cidadãos e das instituições. No que respeita à nossa realidade, a qualificação poderá constituir um aspecto-chave no reconhecimento e definição do "estatuto" das ADL e desempenhar, por isso, um papel determinante na sua consolidação no período pós 2006. No entanto, esta questão requer um debate alargado que envolva diferentes parceiros da nossa sociedade, numa perspectiva clara de interacção e do envolvimento "qualificado" do público e do privado. O processo de cooperação poderá, contribuir claramente para a concretização desse debate e permitir a experimentação de projectos neste contexto.

A sustentabilidade é um conceito complexo quando aplicado neste âmbito: é, no entanto, um aspecto que deve ser objecto de uma grande e ponderada reflexão entre diversos sectores e parceiros da nossa sociedade, devendo, no nosso entender, ser traduzido em iniciativas e experiências concretas que permitam, até 2006, sistematizar um conjunto de conclusões orientadoras de propostas para o futuro. Outro aspecto que devemos atender é à proporção da cooperação nacional *versus* cooperação transnacional. A cooperação nacional, é

claramente um espaço onde para além da consolidação de projectos de parceria de proximidade, poderá ser, se assim todos o entendermos, um espaço de construção das nossas solidariedades que se pretendem criativas e imanadoras de propostas construtivas para fazer face aos desafios do futuro.

Por outro lado, na componente transnacional, importa também atender ao redesenhar dos novos equilíbrios com a adesão à UE dos novos países em 2004. Que impacto tem esta realidade para Portugal? Que cooperação nos interessa no contexto dos 25 países? Qual a importância da cooperação com Espanha? Qual a importância de uma dimensão ibérica no âmbito de alguns projectos? Qual a importância que, neste contexto, tem, ou poderá ter o reforçar e relançar das cooperações com outros países de expressão portuguesa? É fundamental que estas questões sejam objecto de uma atenta e aprofundada reflexão!

Existe outra questão que, no nosso entender, surge como bastante pertinente: se decididos e conscientes da importância da cooperação para o conjunto de desafios que se nos colocam, então será legítimo afirmar que a cooperação se estenda e envolva outros programas e instituições promotoras e financiadoras deste tipo de iniciativas.

No nosso entender, em termos metodológicos, a cooperação assume duas vertentes fundamentais:

- uma de reflexão, de discussão e de debate, que assente no aprofundamento do conhecimento, do saber e na troca de experiências e que, partindo de expectativas individuais (ao nível de cada território e de cada ADL) e atendendo aos contextos sócio-económicos e políticos actuais, deve associar-lhe as questões de dimensão nacional;
- outra que deve dar corpo ao exercício da experiência, permitindo a consolidação de ideias em projectos e iniciativas concretas. É fundamental que estas iniciativas sejam portadoras de propostas viáveis e sustentáveis passíveis de continuidade e de aplicação numa perspectiva de médio e longo prazo.

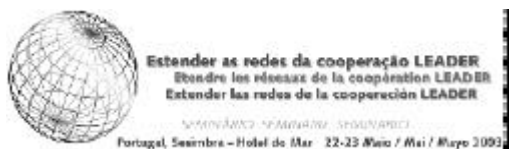
Uma parte significativa dos projectos envolverá, sem dúvida, estas duas vertentes metodológicas, implicando um processo dinâmico de ajustamentos permanentes à sua execução.

Importa ainda referir que a eficácia e sucesso da cooperação no âmbito da IC LEADER+ se encontra, no nosso entender, condicionada ao envolvimento activo e cooperante das diferentes partes: ADL, territórios, organismo intermediário e UE. Este envolvimento surge por um lado, como condição necessária à prossecução dos objectivos identificados e, por outro, como condição para que sejam ultrapassados alguns problemas de partida, de forma a não condicionar as dinâmicas da cooperação no LEADER+, instrumento indispensável ao desenvolvimento das zonas rurais.

Minha Terra

Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local





Cooperação, um instrumento de apoio ao desenvolvimento local

A Iniciativa Comunitária LEADER atingiu a sua maior difusão e apoio social como uma experiência da União Europeia (UE) desenhada para ensaiar a viabilidade de uma nova forma de aplicar uma política pública. O facto de este ensaio se ter dirigido aos territórios rurais da UE não é casual e constitui, simultaneamente, uma limitação e um desafio. Uma limitação porque o atraso relativo das áreas rurais se explica, em grande medida, por um menor grau de articulação social. Mas também um desafio porque as zonas onde se aplica o método proposto com base em parcerias reais, verão, ou já estão a ver, modificações profundas nas suas perspectivas de futuro.

Em termos das modernas abordagens teóricas, a desconexão territorial e a falta de capital social constituem severas limitações ao desenvolvimento das áreas mais atrasadas. Por esta razão, e em coerência com a teoria das redes, o LEADER, ao ir modificando as suas medidas em cada horizonte de planificação, consegue dar saltos qualitativos em matéria de conexão e de criação de capital social.

As dificuldades que actualmente atravessam muitos territórios LEADER da UE, não dizem respeito apenas à evolução dos debates políticos com vista à Revisão Intermediária da Política Agrícola Comum, como dizem alguns. Pelo contrário, enquanto que o debate sobre a pertinência dos recursos estipulados para a política rural tem sido vivo, o paradoxo do êxito e da simultânea fragilidade do modelo é uma novidade que se observa recentemente.

Efectivamente, nas duas primeiras fases a IC LEADER atingiu resultados rápidos e, nalguns casos, espectaculares. Mas, como ocorre com qualquer sistema submetido a um processo de crescimento rápido, quanto maior é a taxa de crescimento, mais cedo aparecem as contradições e os efeitos indesejados do processo.

Na experiência LEADER a maior parte dos avanços conseguiram-se no que era mais fácil: nos resultados materiais e tangíveis. Os critérios de avaliação da Comissão Europeia, dirigidos em grande medida para medir o grau de eficácia das diferentes entidades gestoras, fomentaram esta situação.

Então, se até agora as coisas se fizeram razoavelmente bem, porque o desconcerto que se observa actualmente nas diferentes administrações dos Estados-Membros e em bastantes responsáveis e técnicos de Grupos de Acção Local (GAL)? Porque, enquanto que para os investimentos em realidades físicas existia experiência e tecnologia disponível, para fazer frente ao actual desafio da conexão mediante acções que têm muito de intangível, tudo é muito mais difuso e pouco definido.

Contudo, e apesar de todas as dificuldades, o LEADER constitui um instrumento muito importante para a articulação do meio rural europeu, graças ao seu potencial de ligação e à sua capacidade para a construção de activos intangíveis, particularmente necessários na actual sociedade do conhecimento.

Chegada a maioridade do modelo LEADER, os GAL podem e devem actuar como agentes privilegiados de ligação intra e interterritorial. Com efeito, pelas suas próprias características, os GAL dispõem de mecanismos mais eficazes para estabelecer relações de colaboração com entidades e instituições públicas e privadas, do que outros actores.

Perante este cenário, o movimento LEADER europeu confronta-se com um desafio, com importantes consequências para o seu futuro: ou ganhar definitivamente a sua legitimidade social oferecendo resultados avançados em matéria de desenvolvimento local, apenas possíveis se realiza uma cooperação real entre grupos e territórios e se aprofunda a representatividade dos grupos, ou ir perdendo energia e protagonismo num horizonte de médio prazo, no qual a União Europeia se depara com mudanças sem precedente na sua história.

Eduardo Ramos Real
Universidade de Córdova

Doutor Engenheiro Agrónomo. Professor Titular de Universidade. Professor e investigador no Departamento de Economia Sociologia e Política Agrária da Universidade de Córdova. As principais linhas de investigação são: Efeitos e cenários da PAC; Avaliação de políticas públicas em meio rural; Teorias, métodos e estratégias de Desenvolvimento Rural.

Actualmente é Director da Cátedra de Cooperação para o Desenvolvimento, Coordenador da Equipa de Desenvolvimento Rural, Chefe de Estudos da Titulação Superior em Desenvolvimento Rural, e Director do Mestrado Gestão do Desenvolvimento Rural, na Universidade de Córdova.

Responsável espanhol da Rede *ESTRELA*. Esta rede, constitui uma estrutura de relações académicas em docência e investigação entre 10 universidades europeias e 12 latino-americanas.

Colaborou em diferentes ocasiões com a Comissão Europeia e com o Parlamento Europeu, na qualidade de perito, para abordar questões relacionadas com as Reformas da PAC.



As experiências da FAO nos países da Bacia mediterrânea

"As experiências da FAO nos países da Bacia mediterrânea", lugar de desenvolvimento de novas experiências de desenvolvimento rural participativo e descentralizado, inscrevem-se numa evolução da relação entre as responsabilidades das instituições públicas e das organizações de produtores que marcou estes últimos 30 anos e que corresponde às tendências actuais dos princípios da agricultura e do desenvolvimento rural sustentável (ADRD), nomeadamente de redução da importância da intervenção do Estado e de crescente responsabilização da sociedade civil.

A introdução de abordagens participativas, ou seja, que associam as populações beneficiárias em todas as etapas dos projectos, introduzindo uma parceria entre todos os actores da dinâmica rural, necessita de iniciativas e de acções a vários níveis (metodológico, legal, organizacional, etc.) mobilizando, nestes últimos anos, esforços importantes de formação, comunicação e de reestruturação institucional. A descentralização, que constitui um corolário da participação, necessita, por sua vez, de definições quanto ao conteúdo, à especificidade própria de cada país, ao ritmo de implementação e também quanto às medidas de acompanhamento que podem tornar a sua aplicação mais eficaz e evitar os riscos de vazios institucionais, de dispersão das acções ou de perda de coerência entre elas.

Nesta óptica, a FAO desenvolveu, a partir de experiências adquiridas nesses países, um modelo de análise da descentralização (RED-IFO)

que recomenda "regionalizar" os pedidos locais (R) e "diversificar" as políticas nacionais (D) de forma a dar às instâncias e territórios intermediários a possibilidade de desempenhar um papel impulsor. Estes princípios devem ser acompanhados de medidas visando uma melhor partilha de informação (I), um reforço das competências de todos os actores através da formação (F) e através da organização (O) das instâncias implicadas, assim como os mecanismos de parceria entre elas.

Jean Bonnal

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

Responsável pelo desenvolvimento rural no Serviço de Instituições Rurais e da Participação (SDAR) no departamento de desenvolvimento sustentável, FAO, Roma. Economista, licenciado em Geografia Rural (Ordenamento do Espaço Rural), partilhou as suas actividades entre a produção agrícola (sudeste de França), as responsabilidades profissionais (agrupamento de desenvolvimento agrícola) e as intervenções na formação (CNEARC, IAM Montpellier) e a consultoria (FAO). Trabalha neste momento com os países francófonos (Maghreb, África Austral, Haiti) sobre a organização institucional, a descentralização, a promoção da sociedade civil e a participação.
<http://www.fao.org/participation/>
<http://www.ciesin.columbia.edu/decentralization/>

Cooperação e Luta Contra a Pobreza

Reflexões sobre as particularidades que marcam a cooperação entre associações de desenvolvimento local e comunitário cabo-verdianas e portuguesas, no âmbito da implementação do Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PLPR), co-financiado pelo FIDA; que visa, com outros sub-programas, a redução sustentável da pobreza, em Cabo Verde. Trata-se de um programa, que tem como objectivo específico aumentar o capital social de intervenção dos mais pobres, enquanto portadores de acções de luta contra a pobreza, cuja concepção metodológica se inspirou nos princípios, normas e práticas de Desenvolvimento Local, do Programa LEADER.

Está a terminar o primeiro ciclo de três anos de um percurso de nove (2000-2009), em que as intervenções se orientaram para a capacitação e organização comunitária de base e a dinâmica de parcerias, através de acções de animação, sensibilização e formação e realizações de actividades demonstrativas, visando a constituição de Comissões Regionais de Parceiros (CRP) e a elaboração de Programas Locais de Luta contra a Pobreza (PLLP), nas cinco zonas/ilhas de intervenção: Santo Antão, São Nicolau, Fogo, Brava e Santiago (Tarfal e São Miguel). Assume-se um programa que aposta fortemente na mobilização social para o combate à pobreza, numa perspectiva dinâmica de descentralização, de participação e de parceria.

A especificidade maior que se lhe assiste, no quadro das relações com Portugal, é a transição natural e evolutiva do carácter inicial,

marcadamente, de assistência técnica para um quadro de cooperação horizontal e abrangente, implicando e responsabilizando no processo os actores e os parceiros sociais de desenvolvimento.

Uma cooperação que está alicerçada nos fundamentos do desenvolvimento local e que poderá auto definir-se a várias dimensões: humana e societal, inter-pessoal e inter-activa, cultural, estratégico-territorial, mobilizadora de novas atitudes e novos comportamentos.

Jorge Guimarães

PLPR - Programa de Luta contra a Pobreza no Meio Rural

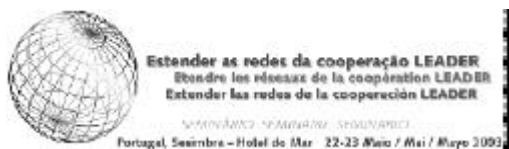
Exerce, desde o ano de 2000, funções de Especialista em Animação, Formação e Comunicação do PLPR, em Cabo Verde.

Desenvolveu actividades idênticas, entre os anos de 1995 e 2000, no quadro de um projecto de desenvolvimento comunitário participativo, também em Cabo Verde, do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Ambas as intervenções se contextualizam na perspectiva do Desenvolvimento Local e Comunitário Sustentado e da Comunicação para o Desenvolvimento.

Licenciado em Jornalismo/Comunicação Social, exerceu, no período de 1981-1995, actividade jornalística, sobretudo radiofónica, e assumiu vários cargos de direcção ao nível dos órgãos e da Comunicação Social, em Cabo Verde.

Produziu vários trabalhos escritos e filmes abordando metodologias participativas de desenvolvimento, a partir das experiências e vivências que têm caracterizado a sua acção.





O desenvolvimento local no Brasil e a Rede DLIS

Especialmente nos últimos seis anos, o desenvolvimento local (como tema, como estratégia, como experimentação concreta) tornou-se uma realidade no Brasil. Hoje, já é amplo e diversificado o elenco de iniciativas sob este enfoque, o que pode ser identificado nas diferentes regiões do país.

Em todos os 27 estados brasileiros podem ser actualmente identificadas experiências que incorporam vários elementos presentes na concepção do desenvolvimento local, por meio de diferentes metodologias e com diversos graus de abrangência territorial: desde experiências intramunicipais (em comunidade rurais ou bairros urbanos), municipais (que abrangem a totalidade urbano-rural de cada município) e microrregionais (que envolvem consórcios e outras modalidades de articulação intermunicipal).

No Brasil, apesar de existirem programas nacionais de apoio ao desenvolvimento local, o panorama existente corresponde a uma gama altamente policêntrica de acções, com variadas ênfases e focos. Há nesse universo de iniciativas um potencial imenso de articulação e intercâmbio, ainda a ser mais intensamente trabalhado, de modo a aprofundar os elos entre pessoas e organizações dentro do Brasil e junto a outros países e continentes.

A Rede DLIS tem como antecedente o Fórum Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local, que promoveu um conjunto de encontros e eventos no período de sua existência (entre 1997 e 1999), com duas finalidades básicas: a articulação de actores interessados em apoiar e promover o desenvolvimento local integrado e sustentável, e a sensibilização de organismos governamentais, empresariais, da sociedade civil e internacionais, visando a multiplicação de iniciativas voltadas para o desenvolvimento local.

Uma vez que, desde então, ampliou-se muito o universo de organizações e programas envolvidos em iniciativas relacionadas ao desenvolvimento local, amadureceu, já em 2001, a proposta de formação de uma rede em torno do desenvolvimento local. Procurou-se, assim, incorporar e articular, além dos actores que antes participavam do fórum, o acúmulo diversificado daqueles que desde então vêm

actuando no tema, nos programas de apoio, na produção conceptual, nas acções educativas e nas próprias dinâmicas de desenvolvimento em cada local.

A Rede DLIS é uma rede mista e plural, aberta a pessoas e organizações de todos os sectores (sociedade civil, governo e iniciativa privada). A Rede tem como participantes actores envolvidos em programas e experiências concretas de desenvolvimento local em todo o Brasil, bem como formuladores e pesquisadores que trabalham com o tema. A ampliação e o adensamento das conexões sociais dentro e fora do Brasil - na perspectiva de fortalecer concepções e práticas fundadas no nexos entre desenvolvimento sustentável e protagonismo local - é o principal desafio e razão de ser da Rede DLIS.

Caio Márcio Silveira

Rede DLIS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável

Sociólogo, brasileiro, 48 anos. Coordenador da REDE DLIS (Rede de informação sobre Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável) e da Expo Brasil Desenvolvimento Local; Consultor da RITS (Rede de Informações para o Terceiro Setor); Coordenador Geral do NAPP (Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa); Consultor do UNICEF entre 1994 e 2000.

Algumas publicações:

- *Desenvolvimento Local - Dinâmicas e Estratégias* (org) . Rio de Janeiro: Rits, 2001.
- *Programa de Apoio aos Pequenos Empreendedores - o Sistema CEAPE*. São Paulo: FGV-SP, 2000.
- "Contribuições para a Agenda Social" in *Agenda de Desenvolvimento Humano e Sustentável para o Brasil do Século XXI*. Brasília: Fórum XXI / PNUD, 2000.
- "Crédito Popular no Brasil - Características e Tendências". *Fórum Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável*. Brasília: 1998.
- *Metodologias de Capacitação - CEF, GESPAP e Capacitação Massiva* (cf Ricardo Mello e Rosemary Gomes). Rio de Janeiro: FINEP / FASE / NAPP / 1997.
- *Trabalho e Renda - Ações Institucionais de Fomento no Brasil*. Rio de Janeiro: FASE / NAPP / GTZ / DED, 1995.





Alta Estremadura

Textos de **Francisco Botelho** e **Paula Matos dos Santos**

Praia, serra, pinhal, termas, grutas, monumentos singulares, rica gastronomia, artesanato diverso, e uma profunda devoção religiosa. Diversidade que, de tão gigantesca, fará deste território um dos mais plurais do mapa LEADER+ português, mas onde se assiste ao progressivo abandono das zonas rurais, com perda definitiva da identidade cultural. É aqui, na promoção da identidade do mundo rural que assenta a intervenção da ADAE, em prol de um meio rural vivo e activo.

Geograficamente bem posicionada entre a Serra e o Mar, a Zona de Intervenção (ZI) da ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura, considerada no âmbito do Programa LEADER+ - constituída por 41 freguesias do total das 67 que compõem os concelhos de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém e Porto de Mós - caracteriza-se por uma grande heterogeneidade de paisagem e recursos.

Desenhando-se quase exclusivamente no distrito de Leiria (Ourém faz parte do distrito de Santarém), o mapa LEADER+ da ADAE abrange 839,82 Km² e conta com uma população residente de 99.574 habitantes (Censos de 2001), 68 por cento dos quais entre os 15 e os 64 anos, 15 por cento com idade superior a 65 anos e 17 por cento no grupo etário que vai dos 0 aos 14 anos. A outro nível, importa destacar a percentagem de população feminina, com 51 por cento do total da população.

A distribuição da população da ZI por concelho não é homogénea, verificando-se uma forte concentração da população nas zonas mais urbanas ou com melhores acessibilidades. Leiria apresenta uma maior percentagem (cerca de 46 por cento), logo seguida de Porto de Mós (32 por cento), Batalha (12 por cento), Ourém e Marinha Grande (5 por cento).

Sofrendo necessariamente as influências de uma grande cidade, que é Leiria, é natural, na opinião da coordenadora da ADAE, Alcina Costa, que alguma população do Interior se vá chegando às zonas urbanas onde há trabalho acabando, muitas vezes, por aí se fixar. Um fenómeno facilmente observável no retrato demográfico da ZI da ADAE (tal como em tantas outras zonas do país).

Mesmo assim, e não obstante um decréscimo populacional nalgumas freguesias mais isoladas e rurais, verifica-se um crescimento populacional positivo, sendo a média da densidade populacional de 118,6 habitantes por Km².

Relativamente ao índice de envelhecimento, e tendo por base dados estatísticos de 1999, é ainda elevado (86 por cento), semelhante à média do país (90 por cento), apesar de todos os concelhos terem visto a sua população aumentar relativamente a 1991.

Para a ADAE, pelas suas características, pelos seus espaços naturais, pelas tradições, pelos usos e costumes, o meio rural é um importante factor de coesão entre as cidades que importa valorizar e preservar. Ao apostar na promoção da identidade do mundo rural, a ADAE joga aqui uma das suas principais linhas de actuação.

Não se trata de defender o regresso generalizado da população ao meio rural, nem fazer da agricultura uma alternativa à indústria, mas "criar nas pessoas o gosto pelo mundo rural", desenvolvendo ou apoiando acções capazes de melhorar as condições de vida das populações, permitindo-lhes ter orgulho do espaço onde vivem, usufruindo da mesma qualidade de vida existente nas áreas urbanas.

População metalocompensa

Na Alta Estremadura, de acordo com dados da ADAE, predomina o sector secundário, com cerca de 49 por cento da população activa, seguido de perto pelo terciário com 40 por cento, relegando para último lugar o sector primário, com cerca de 11 por cento. Todavia, apesar do sector secundário concentrar o maior número de população activa,

Zona de Intervenção LEADER+

verifica-se um crescimento considerável do sector terciário e um decréscimo contínuo no sector primário, fruto das dificuldades sentidas pelos agricultores na região.

Nesta região, como em quase todo o país, as relações entre a agricultura e o desenvolvimento rural são bastante complexas. Por isso, aqui, a pequena agricultura e a pluriactividade agrícola são uma realidade que assume particular relevância.

De uma forma geral, assiste-se ao abandono do sector agrícola mas, contraditoriamente, verifica-se um crescente retomar da agricultura, devido a uma percentagem significativa de população que complementa o seu rendimento familiar do trabalho na indústria ou no comércio com a actividade agrícola. Uma situação que leva a falar de uma população metalocompensa e que justifica as elevadas características rurais deste território.

A este nível, a vinha, a batata, o milho, o feijão e o pomar são as culturas mais significativas. Renovar a extensa mancha de vinha da região, com potencialidades para a criação de uma região de vinho demarcado, revela-se uma das maiores oportunidades neste sector onde se acredita que a reorganização do espaço fundiário agrícola, através do emparcelamento da propriedade, pode torná-lo atractivo.

No que se refere à produção pecuária - igualmente um factor de rendimento importante - assinala-se a suinicultura e a produção de aves, nos concelhos de Batalha, Leiria, Porto de Mós e Ourém, e a produção de bovinos e caprinos na Batalha e Porto de Mós.

De grande importância é também a área florestal, sobretudo de pinheiro e de algum eucalipto, onde existem grandes potencialidades para, num futuro próximo, se poder intervir ao nível do aproveitamento dos resíduos, nomeadamente para biomassa.

A poucos quilómetros dos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto, e bem servida de vias rodoviárias e ferroviárias, uma base aérea e um aeródromo civil, esta região apresenta uma boa acessibilidade estratégica que tem vindo a atrair muitos empresários nacionais e estrangeiros.

Existindo uma forte tradição industrial nesta região, assiste-se presentemente a uma forte dinâmica empresarial com o aparecimento de empresas em sectores muito específicos, como o dos plásticos e moldes. Sectores que quando afectados pela crise criam situações de desemprego em massa devido ao grau de especialização da mão-de-obra que requerem. Todavia, a forte concentração populacional que se verifica no território traduz-se de modo favorável na própria dimensão do mercado de trabalho, onde o desemprego não é superior à média nacional (cerca de 4 por cento). O desemprego verifica-se sobretudo nas pessoas com mais de 40 anos, em desemprego de longa duração e ainda na camada mais jovem à procura do primeiro emprego.

E não obstante, o crescente número de estabelecimentos de ensino presentes - Universidade Católica, Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Escola Superior de Educação, Escola Superior de Enfermagem, ISLA - importa salientar a inexistência de uma mão-de-obra qualificada que responda efectivamente às necessidades sentidas no território, sobretudo no meio empresarial.

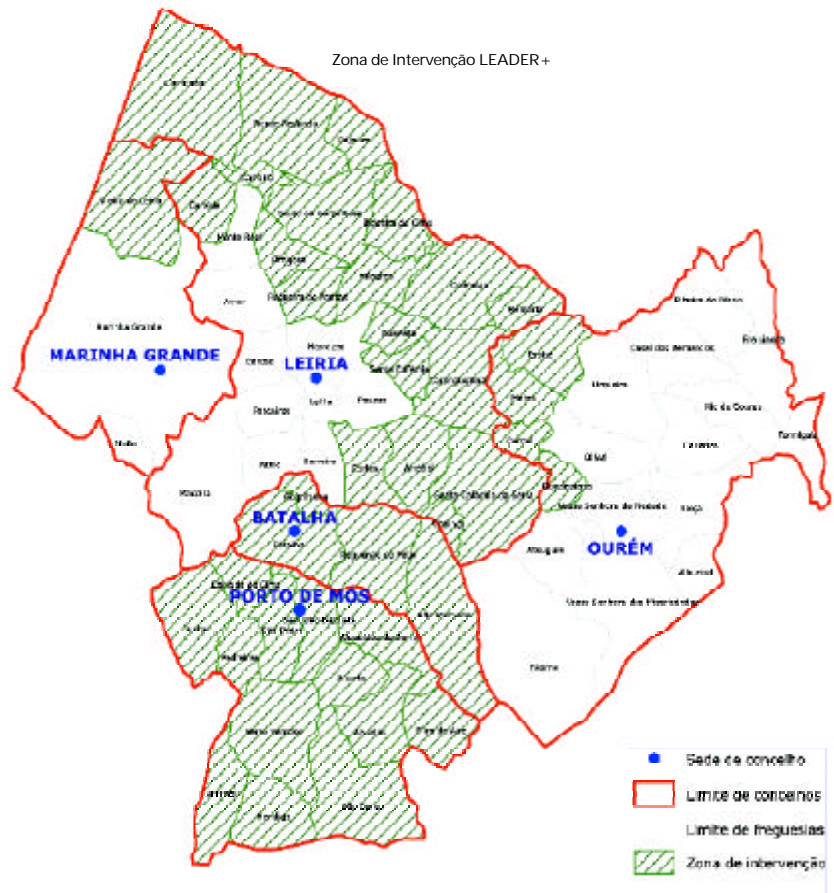
Dotar de ZI de recursos humanos capazes de responder aos desafios da economia local é, por isso, um dos objectivos estratégicos da ADAE. Não é pois por acaso que uma das actividades que a associação se encontra neste momento a desenvolver seja uma formação destinada a licenciados e bacharéis desempregados (FORDESP).

Turismo, artesanato e gastronomia

Face aos problemas de ruralidade e de valorização da identidade observáveis neste território, a ADAE tem vindo a trabalhar no sentido de contrariar esta tendência, apostando na promoção da identidade da ZI, apoiando a inovação, a multidisciplinaridade, a tradição e os saber-fazer.

Dotada de uma grande diversidade de recursos naturais - serra, mar, floresta, grutas, termas - e assinalável riqueza a nível de património arquitectónico, cultura, tradições, esta região encontra no turismo um sector de actividade com elevado potencial.

Verificam-se alguns estrangulamentos no que respeita às infra-estruturas de apoio ao turismo, designadamente, a nível do alojamento. Existe alguma oferta mas melhorar a qualidade e diversidade da oferta de alojamento, sobretudo em espaço rural, é uma preocupação crescente. A este nível, a ADAE também tem vindo a dar o seu contributo, apoiando a abertura de unidades de turismo rural e turismo de habitação, através do Programa LEADER.



A proximidade dos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto, o impacto do Santuário de Fátima e do Mosteiro de Santa Maria da Vitória (ou da Batalha), distinguido pela UNESCO como Património da Humanidade, a existência das únicas grutas do país - Mira de Aire, Santo António, Alvados e Moedas -, as Termas de Monte Real, cujos efeitos terapêuticos destas águas já eram conhecidos durante a ocupação romana, são algumas das "trufas" desta região.

Integrado no Maciço Calcário Estremenho, o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros - envolvendo grande parte do território de Porto de Mós, terras ourenses e uma franja do concelho da Batalha - é, provavelmente, o património natural mais valioso e significativo da Alta Estremadura. Para além da riqueza geológica posta a descoberto pelas famosas grutas - verdadeiro paraíso para os espeleólogos - este parque natural convida também à prática de diversas actividades de "turismo aventura" ou "turismo natureza", que encontram igualmente espaço na Lagoa da Ervideira ou Pinhal de Leiria, mandado plantar no século XII por D. Afonso III e D. Dinis.

De outras riquezas fala a gastronomia local, com os sabores do mar e as cores da serra, ou as formas originais que o vidro toma na Marinha Grande, e os trapos em Porto de Mós.

No artesanato, destaque para a louça da Bajouca (Leiria), a tecelagem em tear manual e a trapologia (Porto de Mós e Batalha), a empalhação de garrafas e garrafões (Marinha Grande e Porto de Mós), as alcovas de junco do Juncal (Porto de Mós), o mobiliário, a cestaria e a tapeçaria (Ourém) e os vimes e a cerâmica (Batalha), entre tantos outros. Na Marinha Grande, fora das fábricas, a produção artesanal do vidro tem aumentado a sua projecção um pouco por todo o mundo. São dois séculos e meio de actividade vidreira que fazem da Marinha Grande uma importante referência nacional.

Escolher uma ementa para a ZI não é tarefa fácil... As Morcelas de Arroz do Reguengo do Fétal, as Brisas do Lis, e as Cavacas do Reguengo do Fétal são alguns dos ex-libris da doçaria da Alta Estremadura, mas não podemos esquecer os enchidos serranos e o cabrito assado no forno, entre tantas outras iguarias, sem esquecer, obviamente, os famosos Bolinhos de Pinhão, cujo principal ingrediente sai do Pinhal do Rei.

PDL LEADER+ da ADAE

Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais

O Plano de Desenvolvimento Local (PDL) da ADAE resulta do conhecimento das necessidades sentidas no território. Quem o diz é a coordenadora da associação, Alcina Costa, afirmando que esta é, aliás, a filosofia da ADAE desde o primeiro momento.

Uma postura notória no LEADER II mas que a associação de Leiria pretende reafirmar no presente. "O LEADER II fez com que nós tivéssemos um conhecimento e um relacionamento muito mais profundo com o mundo rural" mas, continua Alcina Costa, "enquanto que o plano LEADER II resultou um pouco da nossa percepção, o PDL LEADER+ já nasceu a partir de questões de certeza".

Apostando na continuidade, a ADAE pretende insistir na promoção da identidade do mundo rural. Não se trata de defender o regresso generalizado da população ao meio rural, nem que a actividade agrícola poderá ser alternativa ao desenvolvimento industrial, mas promover um desenvolvimento sustentado, apoiando a inovação, a multidisciplinaridade, a tradição e os saber-fazer.

A ZI "encolheu", com o corte de algumas freguesias, mas o desafio mantém-se: levar a "cidade" para o mundo rural e trazer o "mundo rural" para a cidade. "Nós estamos numa zona em que o rural casa perfeitamente com o urbano. A nossa preocupação é criar nas pessoas o gosto pelo mundo rural; criar o gosto nas pessoas por pertencer ao mundo rural. Logo, temos de criar e/ou reviver dinâmicas que lhes dê algum orgulho". Dinâmicas, acções, que a ADAE procura desenvolver em torno de um objectivo geral - ou tema federador - que é a melhoria da qualidade de vida das populações. Para a ADAE, a população, o território e a economia são as três linhas orientadoras que suportam a sua estratégia. A população, porque é a base estruturante de actuação, dado que sem pessoas não há desenvolvimento; o território enquanto factor determinante da identidade de um povo, que permite a sua afirmação e enraizamento; e a economia enquanto factor de progresso e desenvolvimento do nível de vida das comunidades.



Fotografia / C.M. Beira / ADAE

Sendo a melhoria das condições de vida das populações o objectivo fulcral do seu PDL, a ADAE elegeu seis áreas-chave de intervenção, para dar resposta às necessidades sentidas: acesso e melhoria da qualificação profissional e da competitividade; dinamização do meio rural, da agricultura e das aldeias; preservação e valorização das áreas naturais e do património; apoio e dinamização das actividades produtivas e dos produtos de qualidade; valorização das diversas potencialidades do território; e reforço e valorização da identidade local.

É assim, dando prioridade a estas áreas, que a ADAE pretende criar condições para que a sua ZI disponha de um território equilibrado, qualificado e onde a identidade é factor de desenvolvimento e uma economia competitiva, inovadora e demonstrativa.

Não trabalhando com intenções de candidaturas, a ADAE tem vindo a receber projectos por fases e por áreas. Para Alcina Costa, "não faz sentido abrir candidaturas em áreas onde não há dinheiro; nalgumas áreas nós temos verba esgotada até 2004". Seguindo esta estratégia, a ADAE abriu até ao momento três fases para recepção de projectos: a primeira, para todas as áreas, teve lugar entre Junho e Julho do ano passado; em Março os promotores da ZI da ADAE tiveram uma segunda oportunidade, embora desta vez apenas nas

áreas 1.2, 1.3 e área 2; e, desde o dia 1 de Abril e até 30 de Maio, a associação aguarda a entrada de mais projectos mas, uma vez mais, apenas na área 1.2. Contas feitas, até ao dia 9 de Abril, deram entrada na ADAE 81 projectos, 74 dos quais logo na primeira fase.

Recebidos os projectos, a associação parte para a análise dos mesmos; primeiro documental, verificando se o projecto está acompanhado de todos os documentos necessários; depois técnica no local do projecto e, finalmente, económica. Com todos os pareceres na mão, o projecto segue para a reunião do Conselho de Decisão. Se este decidir favoravelmente, o promotor é imediatamente notificado. Até à mesma data, entre os projectos analisados, foram aprovados 32 e reprovados 13.

Entre os projectos aprovados, cujos promotores têm sido sobretudo públicos, destaque para o único promovido pela própria associação, designado "Animadores Culturais". Trata-se de um projecto em parceria com a AMAE e Centro Património da Alta Estremadura, a arrancar ainda este ano, e que tem por objectivo formar 15 animadores para dinamizar a ZI na área cultural. Segundo Alcina Costa, este é um projecto necessário, pois resulta de uma necessidade sentida no território, sendo por isso mesmo prioritário na estratégia definida no PDL LEADER+ da ADAE.



Fotografia / C.M. Beira / ADAE

Plano de Desenvolvimento Local Medidas, submedidas e componentes - resumo

MEDIDA 1 – Investimentos

Submedida 1.1 – Investimentos em infra-estruturas

Componente 1 Valorização das potencialidades naturais, patrimoniais, culturais e etnográficas da ZI

Apoiar acções em infra-estruturas colectivas de interesse público, não geradoras de receitas líquidas que valorizem as potencialidades da ZI.

Submedida 1.2 – Apoio a actividades produtivas

Componente 1 Apoio à actividade agrícola, aquicultura e pescas

Apoiar financeiramente projectos de investimento produtivo em explorações agrícolas, pesca, que visem melhorar, ampliar ou modernizar os factores de produção e sua comercialização.

Componente 2 Apoio à actividade empresarial, turismo e artesanato

Apoiar financeiramente projectos de investimento produtivo, com vista à dinamização do turismo, artesanato e actividades económicas em geral, nas diversas abordagens.

Submedida 1.3 – Outras acções materiais

Componente 1 Valorização e promoção do ambiente e qualidade de vida

Apoiar projectos de investimento corpóreo, com vista à potenciação das características endógenas naturais da região. Valorizar e requalificar o ambiente.

Componente 2 Valorização e promoção do espírito identitário e herança cultural

Apoiar acções inovadoras que visem a valorização, manutenção ou recuperação de infra-estruturas a nível cultural, etnográfico e identitário das aldeias rurais.

MEDIDA 2 – Acções imateriais

Submedida 2.1 – Formação profissional

Componente 1 Qualificação profissional

Apoiar acções de formação profissional, aprofundar técnicas e conhecimentos a nível sectorial e geral, melhorar a qualificação profissional da população rural.

Submedida 2.2 – Outras acções imateriais

Componente 1 Apoio à promoção e valorização da ZI

Apoiar acções de marketing do território, bem como a criação de serviços de apoio aos diversos sectores.

MEDIDA 4 – Despesas de funcionamento do GAL

Submedida 4.1 – Recursos humanos

Submedida 4.2 – Informação e publicidade

Submedida 4.3 – Sistema de informação

Submedida 4.4 – Avaliação

Submedida 4.5 – Funcionamento

ADAE

Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura



A ADAE surge em 1994 da "necessidade de implementar projectos emergentes da parceria existente na Alta Estremadura para a qual a AMAE – Associação de Municípios da Alta Estremadura não conseguia assegurar a actividade", como faz questão de esclarecer a coordenadora Alcina Costa. São sócios fundadores a AMAE - Associação de Municípios da Alta Estremadura, a Região de Turismo de Leiria/Fátima, a Associação Comercial e Industrial de Leiria, o Centro do Património da Estremadura, a Associação do Comércio, Indústria e Serviços de Ourém e o Núcleo Empresarial da Região de Leiria. É no seio desta parceria, numa estreita ligação com a AMAE, e com uma forte ligação a parcerias não formais como o Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Comissão de Coordenação do Centro, Segurança Social e Valorlris, que a jovem associação dá os primeiros passos. A intervenção da ADAE afirma-se desde o início numa intensa actividade de formação com o desenvolvimento de um conjunto de Escolas-Oficina (nove até ao momento) que envolvem sectores tradicionais e camadas populacionais desfavorecidas, bem como no apoio a iniciativas empresariais através de um Gabinete de Apoio Técnico onde a população passa a encontrar informação detalhada e apoio para a elaboração de projectos e candidaturas.

O Programa de Iniciativa Comunitária LEADER, então na fase final de execução da sua primeira fase, constituiu-se também como uma nova oportunidade para a associação e o seu território, iniciando a ADAE a preparação da candidatura da Alta Estremadura ao LEADER II. Funcionando entre 1995 e 1996 com o apoio do quadro técnico da AMAE, é em 1997 que a Associação dá um passo significativo na sua afirmação, com a constituição de uma equipa técnica própria e a adesão de novos associados como as câmaras municipais dos concelhos da área de intervenção (Batalha, Leiria, Marinha Grande, Ourém e Porto de Mós), a que se juntam, já em 1998, a Escola Profissional de Leiria, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, a Escola Profissional e Artística da Marinha Grande e a Escola Profissional de Ourém. É também a partir de 1997 que a ADAE passa a ser entidade gestora do Programa LEADER II. Com a intervenção do LEADER II, a ADAE dá corpo a um dos seus principais objectivos – "criar nas pessoas o gosto de pertencerem ao mundo rural, criando e revivendo dinâmicas que façam com que as pessoas se identifiquem com o seu território e com a sua identidade cultural". Isto num território que assume como pontos fortes a heterogeneidade e a complementaridade – serra e mar, rural e urbano.

Actualmente sediada numa magnífica casa, sobranceira ao centro de Leiria, edificada nos finais do século XIX sob o risco do Arquitecto Korrodi e cuidadosamente

restaurada, a ADAE estrutura a sua actividade em quatro Gabinetes – de Apoio Técnico, de Planeamento e Projectos, de Formação e Administrativo e Financeiro. Para além do Programa LEADER+, a ADAE implementa acções de formação profissional para funcionários das autarquias locais (ao abrigo do Programa FORAL) e formação para licenciados e bacharéis desempregados (FORDESP), e noutras áreas para responder a necessidades específicas sentidas, como foi o caso da formação de fiscais do ambiente, que culminou na edição de um CD como material de suporte na sensibilização ambiental junto das escolas, e a candidatura para a abertura de um centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) a funcionar em 2005. Nascida de um efectivo trabalho de parceria, a ADAE desenvolve diversas acções de cooperação nacional e transnacional. Com associações portuguesas e espanholas integra o Club BIORED e está envolvida no projecto Região Solidária com as restantes associações da Beira Litoral, com as quais partilha projectos de Marketing institucional e de Cooperação Transnacional. Para além disso, prepara-se para integrar a parceria da Loja do Mundo Rural e apresentar duas candidaturas ao Programa INTERREG III: "Rotas do Património e das Paisagens Culturais" e "Hidronatura - Ousar para Inovar".

Preocupada com a qualidade e a transparência da sua intervenção, a ADAE foi a primeira associação de desenvolvimento portuguesa a iniciar um processo de certificação de qualidade. "A qualidade surge da necessidade de arrumar a casa, com a casa arrumada é mais difícil cometer erros", diz a coordenadora da associação. Projecto amplamente participado e discutido por todos, permitiu a criação de cadernos de normas e de procedimentos em áreas tão importantes como atendimento de promotores, análise e acompanhamento de projectos e tratamento de expediente, entre outros. Iniciado em 1999, posteriormente interrompido e retomado em 2001, o processo de certificação atinge agora a fase final, aguardando a auditoria de concessão que conduzirá, posteriormente, à atribuição da esperada bandeira de qualidade.

Um passo importante na afirmação de uma associação acreditada pelo INOFOR em 1998, declarada de Utilidade Pública em 2000 e que preside à Assembleia Geral da Federação "Minha Terra" a partir deste ano. Uma associação com um corpo técnico jovem e dinâmico onde se respira um excelente ambiente de trabalho e cuja credibilidade no território se consolida cada vez mais.

ADAE
Av. Dr. José Jardim, n.º 18
2410-124 LEIRIA
Tel: 244 822 152
Fax: 244 822 796
E-mail: a.d.a.e.@mail.telepac.pt

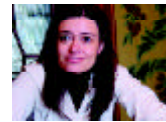


Alcina Maria Soares da Costa
Coordenadora

Orgulhosamente afirma-se Técnica de Desenvolvimento formada no primeiro curso JADE-Centro, organizado pela Comissão de Coordenação do Centro entre 1987 e 1990. Estagia em Águeda, no respectivo GAT e na Associação de Municípios, indo em 1991 para Leiria para trabalhar na Associação de Municípios da Alta Estremadura, ao abrigo de um Estágio Profissional, criando aí o respectivo Gabinete de Apoio Técnico.

A necessidade de enquadrar os trabalhos que a parceria constituída exige faz com que esteja na origem da criação da ADAE em 1994, coordenando os trabalhos da associação na área da formação e na preparação da candidatura ao Programa LEADER, que coordena desde 1997, data em que passa a integrar os quadros da associação. Considera-se "coordenadora e executante" da equipa técnica e imprime-lhe um dinamismo e uma competência reconhecida pelos colaboradores e directores.

Com uma pós-graduação em Estudos Comunitários na Escola Superior de Gestão de Leiria, vive apaixonadamente o trabalho desenvolvido pela AMAE e pela ADAE, revendo-se na dinâmica de ambas as associações como é patente no permanente "brilhosinho dos olhos" sempre que fala no seu trabalho.



Adelina Maria Rodrigues Natário
Técnica

Licenciada em Economia, com trabalhos múltiplos na área da Contabilidade, integra os quadros da associação desde finais de 1997, altura em que fica responsável pelo Gabinete de Apoio Técnico, fornecendo informação e elaborando processos de candidatura a diversos programas. Apoiou o trabalho do LEADER II e integra actualmente a respectiva Equipa Técnica.

Com experiência na área da formação e do ensino, considera que o trabalho no desenvolvimento local foi completamente novo, possibilitando-lhe "uma aproximação muito grande com as pessoas e com o território", experiência que só tinha conhecido anteriormente no trabalho associativo.



Andreia Filipa dos Santos Ferreira
Técnica/Administrativa

Integra os quadros da ADAE desde 1999 onde apoia o serviço administrativo e acompanha directamente o processo de certificação de qualidade da associação.

Com Curso Técnico Profissional em Turismo, frequenta actualmente a licenciatura de Recursos Humanos no ISLA, tem experiência profissional na promoção de vendas e foi assistente de pavilhão na EXPO98. Enquadrada no espírito da associação declara que "tudo a motiva e que faz de tudo um pouco", enaltecendo também o óptimo espírito de equipa.



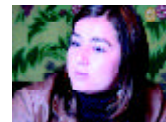
Luísa Margarida Santos Magro
Administrativa

Integra os quadros da ADAE desde o início, em Janeiro de 1997, desempenhando as funções de administrativa, no expediente geral e na contabilidade. Com experiência profissional anterior na área administrativa, de contabilidade e de gestão em empresas de construção, encontrou na ADAE o gosto de integrar uma "boa equipa de trabalho" e uma actividade que lhe permite um permanente contacto e relação humana.



Carla Alexandra de Oliveira Catarino
Estagiária

Recém licenciada em Gestão, em Lisboa, integra um estágio profissional apoiado pelo IEFP desde Outubro de 2002. A ADAE permite-lhe um leque muito alargado de experiências profissionais, apoiando o gabinete financeiro/administrativo e trabalhando também com o programa informático WinLeader. Afirma que encontrou na ADAE "um bom ambiente para planear o futuro".



Cristina Marisa da Silva Correia
Estagiária

Natural dos Estados Unidos da América, regressa jovem com a família para Porto de Mós. Licenciada em Economia, em Lisboa, e depois de uma curta experiência numa imobiliária, integra um estágio profissional apoiado pelo IEFP.

Desde o início ficou entusiasmada com o dinamismo da associação, que considera "muito organizada e com um óptimo ambiente de trabalho". Apoiou o Gabinete de Apoio Técnico e gosta muito do contacto com os promotores. Para além disso, também trabalha com o WinLeader. Considera "o trabalho muito estimulante" e valorizador em termos profissionais.

Órgãos Sociais

Assembleia-Geral: Presidente Câmara Municipal de Porto de Mós (José Maria Oliveira Ferreira) | Secretários Núcleo Empresarial da Região de Leiria (Luis Perfeito); Associação de Comércio, Indústria e Serviços do Concelho de Ourém (Carlos Baptista) | Direcção: Presidente Câmara Municipal da Batalha (António José Martins de Sousa Lucas) | Vogais Câmara Municipal de Ourém (Armando Ferreira Neto); Câmara Municipal de Leiria (Isabel Damasceno); Centro do Património da Estremadura (Acácio Sousa); Região de Turismo Leiria/Fátima (Miguel Sousinha) | Conselho Fiscal: Presidente Câmara Municipal da Marinha Grande (Álvaro Neto Órfão) | Secretários Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria (Mário Matias); Associação Comercial e Industrial de Leiria (Lino Ferreira)

Equipa Técnica

Coordenadora Alcina Maria Soares da Costa | Técnicas Adelina Maria Rodrigues Natário, Andreia Filipa dos Santos Ferreira, Luísa Margarida Santos Magro | Estagiárias Carla Alexandra de Oliveira Catarino, Cristina Marisa da Silva Correia

Associados

AMAE – Associação de Municípios da Alta Estremadura; Região de Turismo de Leiria/Fátima; ACILIS – Associação Comercial e Industrial de Leiria; CEPAE – Centro do Património da Estremadura; ACISO – Associação de Comércio Indústria e Serviços do Concelho de Ourém; NERLEI – Núcleo Empresarial da Região de Leiria; Escola Profissional de Leiria; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria; EPAMG – Escola Profissional e Artística da Marinha Grande; EPO – Escola Profissional de Ourém; Câmara Municipal da Batalha; Câmara Municipal de Leiria; Câmara Municipal da Marinha Grande; Câmara Municipal de Ourém; Câmara Municipal de Porto de Mós

Pensar o Turismo Ilhéu

A ADELIÇOR – Associação para o Desenvolvimento Local de Ilhas dos Açores levou a efeito mais um Seminário “Pensar o Turismo Ilhéu”, desta feita na Ilha do Pico, subordinado ao Enoturismo e à promoção de uma rota turística associada ao sector vitivinícola.

Dando continuidade ao projecto iniciado em Novembro de 2002, na Ilha do Faial, com a introdução do conceito de Ecoturismo e turismo vulcanológico, a ADELIÇOR pretende, através da realização de Assembleias de Ilha, introduzir a discussão da problemática do turismo, em cada uma das parcelas da Zona de Intervenção.

Assim, durante os encontros são abordadas questões-chave tais como: as perspectivas de investimento para o sector turístico; abordagem de novas tipologias de turismo; promoção de noção de “Rota Turística”; e a identificação de incentivos financeiros, em vigor na Região Autónoma dos Açores.

O Seminário contou com a presença de representantes de várias entidades, distribuídos por dois painéis, e reuniu cerca de 50 participantes. O primeiro painel proporcionou duas apresentações de carácter técnico sobre “A Candidatura a Património da Humanidade da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha do Pico – uma mais-valia” e “Definição de uma Rota do Vinho e Organização

das Estruturas de Apoio”, da responsabilidade do Coordenador do Gabinete Técnico da Vinha do Pico, Arquitecto Nuno Lopes, e da representante do Gabinete de Apoio à Rota dos Vinhos do Alentejo, Teresa Chicau. O segundo painel abrangeu três intervenções: “Situação Actual do Turismo no Pico”, “Perspectivar Áreas de Investimento” e “Incentivos Financeiros para O Sector Turístico”, a cargo da Direcção Regional de Turismo, Associação de Municípios da Ilha do Pico e Câmara do Comércio e Indústria da Horta, respectivamente.

Para além dos seus associados, a ADELIÇOR, endereçou convites às entidades que, directa e indirectamente, estão ligadas ao sector turístico, designadamente operadores de hotelaria, restauração e similares, animação turística, transportes e artesanato.



ADELIÇOR

Produtos de Sicó à mesa



Queijo Rabaçal, vinho Terras de Sicó, cabrito e mel da Serra da Lousã. Produtos tradicionais que a associação Terras de Sicó levou à Assembleia da República para uma mostra, que teve o mérito de adoçar o palato dos deputados dos vários sectores políticos portugueses, no passado dia 9 de Abril.

Segundo o coordenador da Terras de Sicó, Carlos Graça, a iniciativa surge enquadrada na dinâmica de intervenção da associação no LEADER+. No “LEADER I lançámos as bases para o aparecimento de cooperativas e associações”, o LEADER II promoveu o seu desenvolvimento e reforço das componentes produtivas. A terceira fase, correspondente ao LEADER+, “é a fase de promoção”. Dai que o tema federador da

intervenção da Terras de Sicó seja a “promoção de produtos, região e património”.

Ainda de acordo com Carlos Graça, foi a intervenção LEADER que permitiu a “ligação entre vários pequenos empreendimentos”, de forma a que estes pudessem “ganhar expressividade”. Exemplo destas intervenções é a “Coproraçal – Cooperativa de Produtores de Queijo Rabaçal, só possível devido a um projecto LEADER II” ou “a Confraria do Queijo Rabaçal, criada no âmbito do LEADER+”. Entidades que marcaram presença nesta mostra, tal como a Vinisicó – Associação de Vitivinicultores e a Sicolmeia – Associação de Apicultores da Serra de Sicó.

No seguimento da certificação do Queijo Rabaçal e do Mel da Serra da Lousã, com Denominação de Origem Protegida (DOP), e do Vinho Terras de Sicó, que tem Denominação de Origem Controlada (DOC), a associação tem já em fase de estudo o processo de certificação do cabrito, através do selo de Indicação Geográfica Protegida (IGP).

João Limão

CRVCC no Litoral Alentejano

A ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano abriu as portas do seu Centro de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências (RVCC) no passado dia 3 de Março e, no final de Abril, já contava com mais de 100 adultos inscritos e em processo de Reconhecimento de Competências.

Contando com a parceria estabelecida com o Conselho Executivo da Escola Secundária Manuel da Fonseca relativamente à cedência de instalações e equipamentos para este efeito, a associação

apresentou a sua candidatura em Abril de 2002, tendo vindo a ser acreditada pelo Sistema Nacional de Acreditação de Entidades, em Agosto do mesmo ano.

A ideia de implementar este recurso no Litoral Alentejano decorreu do trabalho que esta associação tem vindo a desenvolver junto de públicos com baixa escolaridade, como os desempregados.

ADL

Pensar o Desenvolvimento Rural

Há mais de 11 anos a trabalhar no desenvolvimento rural, a ADRUSE considerou que era chegado o momento de fazer um balanço e pensar o futuro. Para isso, a associação de Gouveia decidiu abrir as portas a todos para ajudar a *Pensar o Desenvolvimento Rural*.

No terreno há mais de uma década, a ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela congratula-se pelo trabalho desenvolvido no passado mas é no futuro que pensa agora. Os 369 projectos aprovados no LEADER I e II são demonstrativos dessa actividade, mas hoje, com o fim dos fundos comunitários à vista, a associação de Gouveia considerou que era chegado o momento de fazer um balanço e pensar o futuro. E para isso, decidiu, no passado dia 3 de Abril, abrir as portas do auditório da Zona Agrária de Gouveia a todos para ajudar a "Pensar o Desenvolvimento Rural".

E foram muitos aqueles que responderam ao desafio; cerca de oito dezenas de participantes, entre representantes de associações de desenvolvimento local (ADL), da Federação Minha Terra, da Comissão Nacional de Acompanhamento do LEADER+, das entidades associadas da ADRUSE, de Juntas de Freguesia da região, e de outras entidades de todo o país. Convidados para participar na reflexão, estiveram também presentes em Gouveia, Fernando Fonseca, em representação da Comissão Europeia/DGAgri, Guilherme Lewes, do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa), Regina Lopes, da Federação Minha Terra, Fernando Delgado, da Direcção Regional de Agricultura da Beira Interior (DRABI), Deolinda Borges, do Instituto da Conservação da Natureza (ICN), Rui Jacinto, da Comissão de Coordenação da Região Centro (CCRC) e Ana Vale, do Programa EQUAL, aos quais se juntaram ainda Carlos Mattamouros Resende, presidente do IDRHa, Álvaro dos Santos Amaro, presidente do Conselho de Administração da ADRUSE, e João Paulo Agra, coordenador do GAL da ADRUSE.

As iniciais palavras de boas-vindas da associação organizadora, na pessoa do seu presidente - que justificou plenamente o evento pelo momento inquietante que vivem todas as ADL, Carlos Mattamouros Resende, numa breve intervenção, sublinhou a necessidade de as ADL irem muito mais além, de "convencerem o poder central que outros instrumentos podem ser geridos localmente", e assim possam criar condições para garantir a sua auto-sustentabilidade.

Tratando-se de uma iniciativa promovida por uma ADL gestora do Programa LEADER (desde a sua primeira fase), os seus organizadores dedicaram-lhe naturalmente a maior fatia do seminário. Abordado nas vertentes comunitária, nacional e local, "o LEADER como instrumento de desenvolvimento local em meio rural" foi, de facto, o Programa de que mais se falou.

Convidado a abrir o painel da manhã, o representante da Comissão Europeia começou por relembra os princípios da abordagem LEADER, traçando as diferenças entre o LEADER II e LEADER+, e concluiu com uma panorâmica geral do LEADER+ a nível europeu.

O LEADER em Portugal, de 1991 aos dias de hoje, foi o tema da intervenção do Chefe de Projecto LEADER+. Recuando no tempo, Guilherme Lewes recordou como apareceu este programa e quais os resultados já

alcançados em Portugal. O tema e o local do seminário levaram Guilherme Lewes a demorar-se um pouco mais, referindo com mais detalhe aos resultados atingidos através do LEADER na Beira Interior.

A fechar este primeiro ciclo de intervenções, o coordenador do GAL da ADRUSE, referiu-se concretamente ao "LEADER na Serra da Estrela". Depois de ter procurado "fazer da Estrela uma Serra com 12 estrelas" (LEADER I) e de apostar na "ruralidade como uma alternativa de futuro" (LEADER II), a ADRUSE espera agora poder fazer do seu Plano de Desenvolvimento Local LEADER+ "um plano para as pessoas". O objectivo pode ser até ambicioso mas este é o maior desafio que esta associação coloca a si própria depois de 11 anos a trabalhar para o desenvolvimento dos concelhos de Celorico da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Manteigas e Seia.

E porque este é um trabalho que as ADL é reconhecido, pela proximidade com as populações e capacidade de intervenção, o "local" é cada vez mais um conceito que importa reter. Regina Lopes apostou numa intervenção pautada pela importância do local: no exercício da cidadania, nas práticas de solidariedade, na gestão dos fundos... Para a presidente da Federação Minha Terra, a auto-sustentabilidade é também uma questão "de gestão local".

Outros instrumentos

Reservada para reflectir sobre "Outros instrumentos de desenvolvimento local em meio rural", a tarde revelou-se também um momento muito oportuno para "pensar sobre o desenvolvimento rural".

Referindo-se aos programas AGRO, AGRIS, RURIS, LEADER+ e INTERREG, Fernando Delgado contribuiu com algumas ideias para o debate: não existe uma agricultura mas várias; a agricultura é uma das componentes do desenvolvimento rural; a agricultura não é o motor da economia rural embora continue a ser a matriz do desenvolvimento rural.

Quais os objectivos, os eixos, a tipologia de projectos e a categoria de beneficiários do Programa Operacional do Ambiente (POA) foi o contributo deixado pela representante do ICN, numa breve intervenção.

Há mais de 25 anos na CCRC, Rui Jacinto explorou o tema "Desenvolvimento Regional". Para Rui Jacinto, "já muito se disse e escreveu sobre a dimensão rural", mas perante a encruzilhada em que se encontra, há que "interpretar o que está a emergir nestes tempos de mudança" e "compreender o que está a acontecer no mundo rural, re-interpretar conceitos". O EQUAL visa testar novas formas de combater as desigualdades e as discriminações no mercado de trabalho, mas o que pode este Programa de Iniciativa Comunitária oferecer às ADL? Responder a esta questão foi a que se propôs Ana Vale em Gouveia, perante uma assistência maioritariamente constituída por técnicos de ADL. Apresentando sumariamente a lógica deste programa, que considera muito exigente na sua implementação, Ana Vale adiantou ainda que, no âmbito das "redes temáticas de debate" previstas no EQUAL, vai surgir uma rede centrada no tema do desenvolvimento rural objectivando a revalorização das actividades associadas ao meio rural. Por isso, com uma nova fase de candidaturas prevista para 2004, as ADL devem começar desde já a pensar neste instrumento de desenvolvimento local.

A encerrar os trabalhos, no debate os participantes evidenciaram aquilo que mais os preocupa para já, como algumas questões técnicas relativas ao LEADER+, e a curto prazo: isto é, o futuro do LEADER+ ou, melhor, a falta dele. Programas regionais, medidas desconcentradas, ajudas directas são, obviamente, opções a (re)pensar no futuro mas, como foi referido, soluções não existem neste momento em cima da mesa. Encontrá-las será, certamente, um trabalho que exigirá a participação de todos. Ao promover este seminário, a ADRUSE deu um primeiro passo, um contributo; agora há que ganhar ambição nesta reflexão e ir mais além...

Paula Matos dos Santos



II CNA do LEADER+

No passado dia 4 de Abril, os GAL reuniram-se em Gouveia. Uma casa cheia, preparada sob o signo da lã. Da sala, às visitas no terreno, a associação anfitriã fez questão de mostrar e dar a provar os produtos mais emblemáticos da Serra da Estrela.

Coube à ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela receber a II Comissão Nacional de Acompanhamento do Programa LEADER+. A reunião decorreu no Hotel de Gouveia no passado dia 4 de Abril e contou com a presença dos coordenadores e/ou técnicos dos Grupos de Acção Local (GAL). Uma extensa comitiva à qual se juntaram ainda representantes das Direcções Regionais de Agricultura, das Comissões de Coordenação Regional, da Federação Minha Terra, e outras entidades, para além, naturalmente, do presidente e do vice-presidente do Instituto do Desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHa), do chefe de Projecto LEADER+, dos Técnicos de Acompanhamento do LEADER+, do representante da Comissão Europeia (CE) e do presidente da autarquia local. Uma casa cheia, preparada com um dos mais emblemáticos produtos da Serra da Estrela: a lã.

Na mesa da Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA) do Programa LEADER+ propriamente dita - cuja presidência esteve, pela primeira vez, a cargo do presidente do Organismo Intermediário (IDRHa), Carlos Mattamouros Resende, os trabalhos desenrolaram-se de acordo com a ordem proposta.

No primeiro ponto - Informações, o chefe de projecto LEADER+, Guilherme Lewes, e o representante da CE, Fernando Fonseca, deram eco das conclusões da reunião do Comité de Direcção LEADER+, realizada em Novembro último em Bruxelas. Segundo Fernando Fonseca, face às críticas de alguns GAL (incluindo portugueses), a Comissão Europeia decidiu reunir este Comité mais duas ou três vezes este ano para suprir a falta do Observatório. A próxima está já agendada para o mês de Maio, e a outra deverá acontecer mais lá para diante, durante o Verão.

Ultrapassando este momento e depois da aprovação da acta da primeira reunião da CNA, o Gestor do LEADER+ tomou a palavra para introduzir o Ponto de situação do Programa. Mas antes mesmo de por em cima da mesa algumas informações relativas à proposta de alteração ao texto do Programa e ao processo de avaliação intercalar do mesmo, Carlos Mattamouros Resende sublinhou a importância do envolvimento das Direcções Regionais de Agricultura e Regiões Autónomas no acompanhamento físico dos projectos LEADER+. Uma novidade que passa pela institucionalização de uma parceria (através da assinatura de um protocolo entre aquelas direcções e o organismo intermediário) e que, segundo o Gestor do LEADER+ poderá, em muito, contribuir para preparar o futuro.

LEADER+ no bom caminho

Após algumas notas acerca da situação orçamental para 2003, que na opinião de Carlos Mattamouros Resende já não é motivo de preocupação - após o reforço dos três milhões de euros do PIDDAC - e resolvidas que estão as dificuldades advindas da extinção da Direcção Geral de Desenvolvimento Rural e criação do novo organismo que implicaram alguns ajustamentos ao programa nacional do LEADER+.

Retomando a palavra, Guilherme Lewes, informou que a partir de Setembro podem começar a ser assinadas as convenções locais de financiamento no âmbito do Vector 2 - Cooperação e que o processo de avaliação intercalar terá início nos próximos meses. Quanto ao Vector 3 - Animação e Colocação em Rede, o chefe de Projecto destacou os protocolos a assinar entre o organismo intermediário e diversas entidades para a prestação de serviços específicos, nomeadamente com a INDE, com a Federação Minha Terra, com a ANIMAR e com a Prorregiões.



Quanto à questão da Avaliação Intercalar do Programa, o representante da CE, Fernando Fonseca sublinhou a sua importância uma vez que os resultados deste processo poderão alimentar a reflexão e o debate sobre o futuro dos fundos estruturais e das Iniciativas Comunitárias. O Gestor do Programa informou que o concurso público para eleger uma entidade avaliadora externa está prestes a ser lançado, mas mesmo assim Fernando Fonseca deixou uma nota de preocupação, uma vez que a avaliação intercalar do LEADER+ culminará com a entrega do relatório final, a acontecer até 31 de Dezembro.

Depois de dar a palavra a vários participantes que solicitaram esclarecimentos sobre algumas questões, como a questão da avaliação, do WinLeader+, das "Normas e Orientações" elaboradas para a gestão quotidiana do Programa por parte dos GAL, e da regra do ano n+2, entre outras, o presidente concluiu o último ponto com assuntos diversos.

A encerrar os trabalhos, para além das palavras de agradecimento à associação anfitriã, Carlos Mattamouros Resende deixou um desafio: que estas reuniões, para além do carácter formal, que encerram funcionamento também como excelentes momentos de debate e troca de informações relativas ao Programa. Torná-las ainda mais vivas e participativas foi o desafio lançado pelo Gestor do LEADER+, ao propor que nas próximas reuniões o GAL organizador e, eventualmente, mais um ou dois GAL convidados apresentem ao colectivo o ponto de situação do LEADER+.

Um novo figurino que parece ter agradado à maioria dos presentes, já habituados a "programas" muito atractivos organizados pelas ADL anfitriãs neste âmbito. Nesta II CNA, o programa proposto pela ADRUSE não fugiu à regra. Da sala de trabalho, às visitas organizadas no terreno - a três projectos apoiados no âmbito do LEADER: Espaço de Exposição de Venda de Artesanato da Serra da Estrela, em Seia, onde está patente a exposição "Uma década de Desenvolvimento Rural", organizada pela ADRUSE; Companhia das Abóboras (uma empresa pioneira no fabrico de doces tradicionais em toda a região da Beira Interior); e Mercado da Carrapichana, em Celorico da Beira, onde mais uma vez os participantes foram surpreendidos com uma merenda regional, com as mais finas iguarias da Beira Interior - a associação de Gouveia merece, de facto, uma palavra de reconhecimento.

Paula Matos dos Santos

MANIFesta 2003

Encontram-se religiosamente de dois em dois anos. Vêm de todos os pontos do país, largando as suas tarefas de mobilização de comunidades e territórios, para se encontrarem e fazerem a festa. Momento de partilha, de afirmação e de fortalecimento. De dois em dois anos, a família do Desenvolvimento Local portuguesa vive intensamente a MANIFesta.

Entre 1 e 4 de Maio, a MANIFesta teve lugar em Serpa, a Vila Branca alentejana da margem esquerda do Guadiana. Desta vez não foi o queijo, nem a história, nem a gastronomia, nem o património que aliciaram os visitantes. Outro motivo os chamava, a 5ª edição da MANIFesta, levada a cabo pela Animar com a parceria das ADL Rota do Guadiana, Alentejo XXI, Esdime e Terras Dentro, bem como da respectiva Câmara Municipal.

Os espaços públicos de Serpa foram invadidos. As praças ocupadas pelos stands, que apresentavam desde o trabalho institucional aos mais diversificados produtos. Numa simbiose feliz com a própria vida da Vila, que durante estes dias se reconfigurou. A gente de Serpa, o comércio de Serpa, entrou também na festa, transformando todos os espaços públicos numa única animação. Num lado o sector institucional, subindo as escadas a Feira do Livro. Noutra parte o sector do artesanato com artífices vindos de todo o país. Mais além o sector dos produtos agro-alimentares onde se petiscava de tudo um pouco. Nos jardins actividades para os mais pequenos. Nas ruas estreitas, em espaços privilegiados, exposições diversas. E por todo o lado olhares vibrantes e entusiasmados de quem faz a festa – a sua festa – de quem se encontra envolvido no sonho e na ambição de construir no local um mundo melhor.

Este espírito da MANIFesta viria a ser bem expresso e de um modo extremamente afirmativo na Declaração final de Serpa: “Queremos projectar para o exterior a paixão e o fascínio que sentimos pelo desafio que o nosso trabalho nos coloca”. A paixão e o fascínio da família do Desenvolvimento Local passou-se por Serpa de 1 a 4 de Maio. E foi visível para todos...

Por entre as ruas, grupos de teatro ou grupos musicais animavam os visitantes. Numa confraternização permanente. Porque a maior parte dos visitantes participam activamente. Vêm de todo o lado, de lutas e combates constantes pela participação das pessoas e pela busca de soluções para os seus problemas. Vêm muitas vezes cansados e desiludidos com as sucessivas derrotas, com as permanentes incompreensões, com as difíceis condições económicas em que trabalham. Mas vêm para encontrarem companheiros de caminhada, para com eles trocarem ideias, sonhos e frustrações. Para reencontrarem forças e para continuarem a sonhar. De dois em dois anos, a Família do Desenvolvimento

Local encontra-se na MANIFesta. Para “afirmar a sua identidade e autonomia, o seu empenho na plena integração das gerações que têm vindo a abraçar a causa do Desenvolvimento Local” como ficou expresso na Declaração de Serpa.

A V Assembleia do Desenvolvimento Local

Mas nem só de Festa se faz a iniciativa. No decurso dos quatro dias, realizaram-se 15 colóquios sobre temas diversificados e envolvendo cerca de 200 participantes. Temáticas ligadas à participação e cidadania, à intervenção do DL ou a temas adjacentes. E, para além disso, a grande Assembleia do Desenvolvimento Local, com uma ampla discussão no dia de abertura e uma sessão final antes do encerramento.

Culminar de um processo construído ao longo dos últimos meses em 14 Assembleias Regionais que permitiram alargar o processo de discussão promovendo um processo nacional de reflexão sobre as questões do DL. E foi essa reflexão, nesta quinta edição centrada em dois grandes temas – a sustentabilidade e o financiamento das Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local (OIDL) e a visibilidade a comunicação do trabalho por elas desenvolvido - que permitiu a elaboração de um documento base de discussão nas duas sessões plenárias de Serpa.

E no que diz respeito à sustentabilidade, o horizonte de 2006 coloca-se a todos os interlocutores como um imperativo de encontrar alternativas para o actual sistema de financiamentos Comunitários. O propósito de elaborar e consensualizar uma Carta de Princípios do relacionamento entre o Estado e as OIDL foi a primeira das decisões, para que “os acordos entre o Estado e o Terceiro Sector assentem em princípios de co-responsabilização, consensualização e independência institucional”. Necessário será também garantir a participação do movimento no “processo de preparação dos futuros programas e na negociação do próximo Quadro Comunitário de Apoio”, para além de assegurar uma “reorganização do território nacional, que permita a defesa das áreas desfavorecidas”. A “atenção especial à problemática dos jovens”, um esforço forte na “formação continua dos técnicos das OIDL” e a reivindicação do reconhecimento como parceiros sociais “integrando e participando nas plataformas locais, regionais e nacionais de planeamento, concertação e gestão”, foram outras das conclusões da ampla discussão havida em Serpa. Finalmente, a atenção especial na “divulgação pública das competências de cada OIDL” e um empenho especial em “tornar visíveis o desenvolvimento Local e os ganhos que a sua acção tem proporcionado às comunidades e populações” constam dos oito pontos aprovados e aclamados na sessão final de encerramento desta Assembleia.

Ver com outros olhos

Por entre os muitos milhares de olhares que percorreram a MANIFesta, acompanharam-me quinze olhares caboverdeanos. Dirigentes associativos comunitários e técnicos ligados ao Plano Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP) de Cabo Verde. Que, integrados numa acção de formação da ACVER, estiveram em Serpa para mostrar os produtos das suas comunidades, conhecerem as práticas de desenvolvimento local de Portugal e trazerem a todos os visitantes de Serpa o testemunho do seu esforço por criarem condições efectivas de desenvolvimento para as suas populações. E o contacto fluiu permanentemente, mercê das afinidades culturais e do espírito aberto e convivial de todos os caboverdeanos, que expressam como ninguém os seus sentimentos através da música e da poesia. Por entre as ruas de Serpa ou à noite, num dos muitos bares da terra, a música caboverdeana fez-se ouvir e o sentimento das “mornas” ligou as gentes.

E o “fascínio e a paixão que todos sentimos perante o nosso trabalho” foi o melhor exemplo e a melhor formação que certamente lhes pudemos transmitir. Serpa, vila geminada com a Brava em Cabo Verde, cumpriu assim mais esta função de estímulo e de animação de um projecto de cooperação. Porque os Locais ganham um novo sentido quando partilhados a níveis mais abrangentes e globais.

Mas a MANIFesta é sempre um ponto de partida. Para novos projectos e para novas dinâmicas. Com a certeza de que, dentro de dois anos, a Festa regressará. Porque é indispensável. Porque já ninguém prescinde dela.

Francisco Botelho



Declaração de Serpa

Com o desenvolvimento local superar a crise e construir o futuro

A força, a diversidade e a vitalidade dos actores do Desenvolvimento Local invadiram Serpa. Milhares de visitantes participaram num evento com inúmeras realizações culturais, produtos, iniciativas, projectos de intervenção, debates, memórias e processos inovadores que centenas de organizações e grupos de todo o país trouxeram para a "Vila Branca".

A MANIFesta 2003 constituiu, assim, um grito contra os discursos fatalistas, o ambiente de crise, as restrições de toda a ordem e as políticas desenhadas no desconhecimento das realidades concretas. A MANIFesta 2003 deixou bem claro o engenho, a capacidade e a arte das populações e das suas organizações para resistirem aos múltiplos estrangulamentos impostos pela actual conjuntura. E marcou a sua determinação na construção de um Portugal mais justo, mais solidário e com mais futuro porque assente na riqueza da diversidade das dinâmicas sociais e culturais de cada local.

Depois de Serpa ficou ainda mais claro que só há saída para as questões que a actual crise nacional e a crispação das relações internacionais colocam à sociedade portuguesa num quadro que respeite políticas, práticas e processos baseados no reconhecimento das memórias, potencialidades e mobilização das comunidades e populações locais. Só assim é possível evitar os custos sociais e económicos resultantes do aprofundar das assimetrias regionais, do crescimento da desigualdade, da cristalização de sentimentos de injustiça e da exclusão de grupos cada vez mais significativos.

Este é o caminho para colocar Portugal no mapa de uma União Europeia que queremos, alargada, economicamente dinâmica, socialmente inclusiva e capaz de desempenhar um papel internacional relevante.

A grande festa do Desenvolvimento Local só foi possível devido ao processo em que estiveram envolvidas Organizações e Iniciativas de Desenvolvimento Local (OIDL) em todo o país - Continente, Açores e Madeira - em catorze Assembleias Regionais. Aí reflectimos sobre dois eixos principais: a sustentabilidade e o financiamento das OIDL; a visibilidade e a comunicação pública das suas realizações. Durante a MANIFesta 2003 aprofundámos os contributos dessa reflexão, e a íntima relação existente entre estes dois aspectos.

Apoiada no envolvimento activo dos cidadãos e das comunidades, a Assembleia de Serpa declara que:

1. É imperiosa a **definição de uma Carta de Princípios de Relacionamento entre o Estado e as OIDL**, que clarifique esta relação. O estabelecimento de acordos entre o Estado e o Terceiro Sector **deverá assentar em princípios de coresponsabilização, consensualização e independência institucional**, sem que as OIDL se transformem em extensões do próprio Estado ou alvo de manipulações marcadas por interesses alheios à sua missão.
2. É necessária a participação das estruturas representativas do DL **no processo de preparação de futuros programas, nomeadamente, da negociação nacional do próximo Quadro Comunitário de Apoio**.
3. É preciso **assegurar a defesa das áreas desfavorecidas** de modo a que não sejam prejudicadas pela limitação de acesso aos fundos nacionais e comunitários, particularmente a partir de 2006, tanto através da reorganização do território nacional, como da definição de áreas de intervenção prioritária.



MANIFesta
SERPA '03

4. É fundamental uma atenção especial às **problemáticas dos jovens**, às dificuldades das suas organizações e às potencialidades da sua intervenção, proporcionando-lhes **formas continuadas de apoio técnico e financeiro**.
5. É indispensável que as OIDL sejam reconhecidas como parceiro social, **integrando e participando activamente nas plataformas locais, regionais e nacionais de planeamento, concertação e gestão**, tais como: Redes Sociais, Conselhos Municipais de Educação, Conselho Regional Agrário, Órgãos Consultivos das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, Comissões de Acompanhamento do QCA e Conselho Económico e Social.
6. É urgente que as OIDL's apostem na **formação contínua dos seus técnicos**, capacitando-os para a promoção do Desenvolvimento Local e a prestação de serviços inovadores.
7. É imprescindível que se garanta a **divulgação pública das competências de cada OIDL** em matéria de produção e prestação de serviços. Numa sociedade de mercado aberto, só com *qualidade* e pela *diferença* nos poderemos afirmar na produção de bens e serviços, quer de interesse geral, quer de interesse particular.
8. É decisivo tornar mais visíveis o Desenvolvimento Local e os ganhos que a nossa acção tem proporcionado às comunidades e populações, em especial as mais desfavorecidas. Neste sentido, é prioritário que as OIDL definam a sua própria estratégia de comunicação e é necessário reforçar a nossa relação com os media e os "fazedores de opinião", criando condições para que o discurso do DL possa ser partilhado com o exterior do movimento.

Aqui chegados,

- **Afirmamos a nossa identidade e autonomia, e o nosso empenho na plena integração das gerações que têm vindo a abraçar a causa do DL;**
- **Queremos projectar para o exterior a paixão e o fascínio que sentimos pelo desafio que o nosso trabalho nos coloca;**

Assembleia da Manifesta
Serpa, 4 de Maio de 2003

20ª OVIBEJA

Com sabor a “ todo o Alentejo deste Mundo” realizou-se mais uma Ovibeja. De 22 a 30 de Março, milhares de pessoas rumaram ao Parque de Feiras e Exposições de Beja, numa clara demonstração que este é um acontecimento muito esperado por todo o Alentejo e grande parte do país.

Promovida pela ACOS - Associação de Criadores de Ovinos do Sul, a Ovibeja teve este ano como tema central os produtos alimentares de qualidade da região. Apresentar um olhar diferente sobre o sector dos produtos tradicionais, que representa uma fileira importante para a economia local, foi um dos objectivos da exposição “O Montado, o Azeite e o Vinho”. Um espaço multimédia, concebido com a intenção de divulgar e promover os produtos de qualidade alentejanos - porco preto, presunto e enchidos, mel, queijo, azeite e vinho - e onde os visitantes da 20ª Ovibeja



“tinham a oportunidade de tocar e reconhecer relevos, ver texturas e cores, saborear e cheirar a história dos produtos de qualidade”.

Para além desta exposição temática - a grande novidade, e à semelhança de anos anteriores, a Ovibeja 2003 também deu um lugar de destaque a uma região. Composta pelos distritos de Castelo Branco e da Guarda, a Beira Interior foi a região convidada desta edição. Um conjunto diversificado de exposições, centradas nos seus saberes e tradições, foi o que esta região levou à Ovibeja, através quer das delegações das diversas entidades públicas e privadas representadas (governos civis de Castelo Branco e da Guarda, Universidade da Beira Interior e Região de Turismo da Serra da Estrela, entre outras), quer dos vários ranchos folclóricos e etnográficos que por lá passaram.

Num figurino semelhante ao das últimas edições, a Ovibeja 2003 contou ainda com inúmeros concursos e exposições de gado, festivais equestres, provas desportivas, muita animação de rua e espectáculos musicais, muitas tasquinhas e restaurantes com o melhor da gastronomia nacional e ainda, noutro plano, um significativo número de colóquios.

Como não podia deixar de ser, as associações de desenvolvimento local do Alentejo - Terras Dentro, Esdime, Rota do Guadiana, Monte, ADL, Alentejo XXI, Leadorsor e Ader-al - também marcaram presença na 20ª Ovibeja, animando o colóquio “IDL’s de sucesso no Alentejo - o caso do Programa LEADER”, que se realizou no auditório do NERBE no dia 27 - Dia do Desenvolvimento Rural (ver caixa), e protagonizando o Espaço do Desenvolvimento Rural, onde ofereceram a todos os participantes do colóquio que organizaram um “beberete” com produtos regionais. De qualidade, claro!

Paula Matos dos Santos

Colóquio

IDL’s de sucesso no Alentejo

O que têm em comum António Menezes, António Louro, Guilherme Santos e a Associação Marca? Os quatro são promotores de projectos apoiados no âmbito do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+, apresentados no colóquio “Iniciativas de desenvolvimento local de sucesso no Alentejo”, que teve lugar 27 de Março, no Auditório do Nerbe, em Beja, integrado na 20ª edição da Ovibeja. António Menezes dava aulas em Ponte de Lima, quando foi convidado para o Departamento de Desporto da Câmara Municipal de Grândola. Muda-se para o Alentejo e aqui cria uma empresa turística, que teve no Monte do Cabeço do Ouro o espaço de congregação das suas ideias. Um projecto de agroturismo, associado a percursos, passeios a cavalo e observação de golfinhos, numa abordagem integrada, só possível com o apoio do LEADER II, promovido pela Esdime, em parceria com a ADL e Alentejo XXI.

Oleiro a contra-gosto na juventude, António Louro nunca esqueceu os ensinamentos do pai. Depois da reforma, sentiu que as mãos pediam o barro e decidiu retomar a olaria vidrada de Nisa. Com o apoio da ADER AL adquiriu uma máquina feira - que amassa o barro mecanicamente -, uma roda eléctrica e um forno a gás, que permitiram o aumento da capacidade produtiva, sem perda de qualidade.

Mais distante das tradições, em Aljustrel, Guilherme Santos, apostou nas áreas de artes gráficas e publicidade. Colaborador da Esdime desde os primeiros tempos, recorreu à associação, depois de uma primeira experiência empresarial fracassada. Hoje, tem uma empresa sólida neste sector.

Três casos individuais, aos quais se junta a Associação Marca, promotora do projecto de retoma da produção do Telheiro da Encosta do Castelo, em Montemor-o-Novo. Um projecto de produção artesanal de cerâmicas, estruturado em três eixos: produção de materiais de construção tradicionais, formação profissional, e acções na área das artes plásticas, que contou com o apoio do agrupamento Monte, para a recuperação do telheiro e equipamento.

Quatro histórias de sucesso. Exemplos de apostas só possíveis através da aplicação deste programa. Para estes resultados, Guilherme Lewes, chefe de

Projecto LEADER+, salientou as particularidades do programa LEADER, dado que a “concepção das estratégias é definida pelos agentes do território”, sendo esta “abordagem diferente” que distingue o LEADER de outros programas. Uma perspectiva confirmada pelo presidente do IDRHA – Instituto de Desenvolvimento Regional e Hidráulica, Carlos Mattamouros Resende, que reafirmou o carácter singular do programa LEADER e a abordagem integrada através de “projectos que potenciem outras acções no terreno”. Esta intervenção “pretende criar sinergias e potenciar projectos”, através de “actividades complementares que melhorem as condições de vida das pessoas”.

Melhoria das condições de vida que, de acordo com Guilherme Lewes, encontrou eco nos “2000 postos de trabalho criados durante o LEADER”, e nos “cerca de 7 mil projectos aprovados” no LEADER II.

João Limão



Seminário " Inclusão Social: Do Pensamento Global à Acção Local" 29 e 30 de Maio

A "Inclusão Social: Do Pensamento Global à Acção Local" é o tema do seminário organizado pela ISSScoop – Cooperativa de Ensino Superior Intervenção Social, a ter lugar no Auditório do INSCOOP – Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, em Lisboa. A iniciativa pretende promover a reflexão sobre as políticas de inclusão social, cruzando a abordagem da globalização e da acção local - tendo presente as "boas práticas" nas quais se afirmam os valores da cidadania, da responsabilidade social e da prática da democracia na gestão das parcerias - e incentivar a adopção de metodologias e estratégias que congreguem as sinergias locais na resolução dos problemas sociais.

Mais informações, contactar:
ISSScoop
Departamento de Formação & Prestação de Serviços
Tel: 213512040/1
Fax: 213545210
E-mail: aolongodavida@iss.pt
Internet: www.iss.pt

Fórum: Reflexão sobre os centros RVCC 29 e 30 de Maio

"Da validação de competências às competências de validação". É o mote do Fórum: Reflexão sobre os Centros RVCC (Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências), que terá lugar no Auditório Municipal Charlot, em Setúbal. Numa organização do CRVCC Arrábida – Centro de Formação de Associação de Escolas, Fundação Escola Profissional de Setúbal (FEPS), Centro Naval de Ensino à Distância e PROFORMAR – Centro de Formação de Associação de Escolas, a iniciativa promove um conjunto de conferências subordinadas aos temas: O Conceito fugido de competência, Cenários para o balanço de competências, O Referencial de Competências-Chave no confronto com as competências essenciais do ensino básico, e As Potencialidades do Referencial de Competências-Chave. Em paralelo, quatro ateliers sobre O olhar múltiplo na avaliação de competências, A função do avaliador externo, O papel da rememoração na avaliação de competências, e Coordenação da avaliação de competências, estão abertos à participação dos interessados.

Mais informações e inscrições:
Centro de Formação de Professores Arrábida
Escola Secundária Lima Freitas
Tel: 265539990
Fax: 265539998
E-mail: cfarrab@mail.telepac.pt

III Encontro de Engenharia Alimentar e Nutrição 29 e 30 de Maio

Discutir temas actuais da área de Engenharia Alimentar e promover o intercâmbio de conhecimentos entre alunos, investigadores e técnicos da indústria Agro-Alimentar, são os objectivos do III Encontro de Engenharia Alimentar e Nutrição, a realizar no Campus Universitário de Mirandela, do Instituto Piaget. Aplicações da análise sensorial ao controlo de qualidade, desenvolvimento e *marketing* de produtos alimentares; Análise de imagem: alguma aplicações em engenharia alimentar; ou Parâmetros químicos e segurança dos alimentos; são alguns dos temas programados, além do lançamento de dois livros e da apresentação de *posters* de trabalhos de alunos.

Para saber mais, contactar:
Instituto Piaget
ISEIT – Mirandela (M^a Manuela Alves)
Tel: 278200150
Fax: 278265 203
E-mail: mmalves@mirandela.ipiaget.pt

I Colóquio Nacional de Horticultura Biológica 29 e 30 de Maio

A Escola Superior Agrária – ESAC/IPC (Auditório do Instituto Superior de Contabilidade e Administração – ISCA), em Coimbra, será o palco do I Colóquio Nacional de Horticultura Biológica, organizado pela Associação Portuguesa de Horticultura. O evento tem o objectivo de envolver produtores, comerciantes, técnicos, estudantes e investigadores na análise das principais questões que envolvem a horticultura biológica nacional, especialmente em torno de cinco tópicos de investigação: Fertilidade do solo, Protecção das culturas, Sistemas culturais, Política e certificação, e Comercialização.

Para mais informações, contactar:
Escola Superior Agrária de Coimbra
Tel: 239 802 940
Fax: 239 802 979
Email: hortibio@mail.esac.pt

Santiago'03 29 de Maio a 1 de Junho

A XVI Feira Agro-Pecuária do Litoral Alentejano – Santiago'03 – organizada pelo NEGDAL – Núcleo de Exposições, Gestão e Desenvolvimento do Litoral Alentejano, realiza-se no último fim de semana de Maio, no Parque de Feiras e Exposições de Santiago do Cacém. Com uma Grande Corrida de Touros à Portuguesa, e concertos dos Da Weasel, D'Arrasar, Santos & Pecadores, e Grupo Nova Aurora, como cabeças de cartaz, a iniciativa conta ainda com vários concursos como o de Jovens Reprodutores de Ovinos da Raça Ille-de-France, de Modelo e Andamentos de Santiago do Cacém do Puro Sangue Lusitano, de Bovinos da Raça Limousine, e do Rafeiro Alentejano da Santiago, e colóquios como "Evolução da Agricultura - Reforma Intercalar da PAC" e "Equitação de trabalho", além do Festival Hípico da SANTIAGRO 2003 e garraíadas.

Mais informações, contactar:
NEGDAL
Tel: 269 826 694
Fax: 269 826 860
E-mail: santiagro@negdal.pt



Descida do Guadiana, etapa Juromenha 31 de Maio

A "Descida do Guadiana, etapa Juromenha" é a última da oito actividades que integram a iniciativa "Programas na Natureza – Feriados Activos no Alentejo", promovida pela TurAventur – Aventura e Turismo. O programa consiste numa descida do rio Guadiana, com início a norte da Ponte da Ajuda, e passagem por um percurso de nível muito fácil, ideal para aprendizagem, onde serão encontrados moinhos, pescadores, garças, cegonhas e cágados. O fim da descida termina com um almoço piquenique, num moinho que é um lindíssimo exemplo de arqueologia industrial.

Para mais informações:
TurAventur – Aventura e Turismo
Teresa Vilas Boas
Tel: 266743134
E-mail: turaventur@mail.telepac.pt
Internet: www.evora.net/turaventur

Seminário «Equilíbrio entre as dimensões económica e social do 3º sector» 2 e 3 de Junho

A ADE - Associação para o Desenvolvimento e Emprego, em conjunto com os seus parceiros da parceria transnacional do Projecto Rede para a Inclusão - projecto MEDAT – vai realizar um Seminário Internacional, a ter lugar no Centro Comunitário de Vialonga, concelho de Vila Franca de Xira, subordinado ao tema "Equilíbrio entre as dimensões económica e social do 3º sector". Estarão presentes projectos de Portugal, Itália, Grécia e França e especialistas portugueses como Alberto Melo, Canaveira de Campos, José Manuel Henriques, Leonor Gandra, Luis Capucha, Paulo Pedroso, entre outros.

Para mais informações, contactar:
ADE - Paula Lourenço e Ana Carla
Tel: 219 527 878
Fax: 219 527 807
Internet: www.ade.pt

Fórum Social Português 7 a 10 de Junho

"Um outro mundo é possível!". Espaço de encontro e discussão, plural e diverso das organizações, activistas e movimentos sociais portugueses, o 1º Fórum Social Português, que decorre durante quatro dias na Cidade Universitária de Lisboa, é uma ocasião para dar visibilidade, melhorar a dinâmica, e aprofundar as propostas e iniciativas das organizações sociais portuguesas. O Fórum assenta em três eixos de discussão: Democracia, cidadania, direitos e serviços públicos; Trabalho, Economia, Globalização e Desenvolvimento Sustentável; e A defesa e promoção da paz, da solidariedade e luta contra a guerra, alinhadas em conferências, oficinas e mesas de debate e controvérsia.

Mais informações, contactar:
Associação para a Gestão do FSP 2003
E-mail: gtecnico@forumsocialportugues.net
Internet: www.forumsocialportugues.org

40ª Feira Nacional de Agricultura 50ª Feira do Ribatejo 7 a 15 de Junho

O CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, em Santarém, é o palco da 40ª Feira Nacional de Agricultura, em simultâneo com as celebrações do meio século da Feira do Ribatejo, um evento promotor das tradições do mundo rural português. Entre os eventos da feira, conta-se a Grande Exposição de Artesanato, que procura reunir neste espaço artesãos portugueses de norte a sul do país.

Para saber mais:
CNEMA – Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas
Tel: 243300300
Fax: 243300301
E-mail: cnema.santarem@mail.telepac.pt
Internet: www.cnema.pt

II Feira Nacional de Doçaria Tradicional de Abrantes 27, 28 e 29 de Junho

Divulgar e promover os produtos locais de qualidade, neste caso a doçaria (doces tradicionais e conventuais, compotas, mel e licores), em paralelo com a divulgação de produtos a nível nacional de características semelhantes, é o objectivo da TAGUS – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Interior, para a organização da II Feira Nacional de Doçaria Tradicional de Abrantes, que tem lugar nos jardins do Castelo de Abrantes. Uma iniciativa aberta à participação de produtores de doçaria e Associações de Desenvolvimento Local.

Mais informações, contactar:
TAGUS
Tel: 241372180
Fax: 241331610
E-mail: tagus.adiri@mail.telepac.pt

Jasmim

Estúdio de vidro

Transparente como o vidro que produz, a Jasmim é um estúdio de moldagem de vidro artístico, aberto ao público e à participação de profissionais de outras áreas ou países. Um projecto que começou há seis anos e que se afirma no mercado internacional.



Fazer renascer a arte e engenho vidreiro, produzir um vidro de qualidade e respeito pelo ambiente, e promover a inovação nos materiais de produção, na dimensão artística das peças e na relação com o público e comunidade, são algumas das máximas da Jasmim.

"Na cidade do vidro não se tinha desenvolvido a área artística". Conta António Noivo num lamento que descreve a conjuntura que presidiu ao aparecimento da empresa. Há muito que a ideia tomara forma na sua cabeça. António Noivo, um dos maiores especialistas da indústria vidreira em Portugal é investigador de tecnologias do vidro, consultor de empresas, deu aulas, e montou empresas em vários países do mundo. Regressado à Marinha Grande, pensou nesta "brincadeira" de criar um estúdio direccionado para a produção de peças artísticas, aberto ao público e a profissionais de outras áreas. Para isso, juntou-se a um grupo de profissionais do sector e, em Novembro de 1996, formaram a Vicrimag, S.A., que deu origem à marca registada Jasmim.

O carácter inovador da iniciativa configura-se no próprio vidro. Qualquer vidro tem como base um silicato (areia), um fundente, e um estabilizante. Na Jasmim "produzimos vidro ecológico com elevados índices de brilho, transparência e refração". Trata-se de um silicato potássico / sódico / cálcico, onde não entram produtos venenosos nem metais pesados na afinação. É que nos "cristais e vidros de elevada qualidade existem quase sempre matérias nocivas à saúde".

Para isso, são "seleccionadas matérias-primas de elevada qualidade". Este vidro tem custos mais elevados na matéria-prima, e na fusão

levanta dificuldades tecnológicas (que a Jasmim consegue ultrapassar), mas permite um "tempo de moldagem de várias horas, dadas as características de viscosidade e maleabilidade".

O trabalho da Vicrimag vai no sentido de conjugar novas tecnologias às práticas e saberes tradicionais na arte de modelação de vidro. Um processo centenário, ainda actual na concepção de peças decorativas e artísticas. São elaboradas peças modeladas, sem recurso a moldes. Este método faz de cada trabalho uma peça única. "Não há duas peças iguais".

Cor e novos materiais são componentes de enriquecimento das peças. "Dominamos bem as técnicas de aplicação da cor", revela António Noivo orgulhoso. A cor aplicada é sempre vidro, que pode ser em pó ou rolo. Outro dos trunfos é a aplicação de materiais como ferro, cobre, latão ou alumínio envolvidos no próprio vidro. "Foi uma das nossas inovações". Como os coeficientes de dilatação não são os mesmos, podia haver uma ruptura, por isso "tivemos de criar condições de estabilização", o que é resultado de um "trabalho aturado de estudo e desenvolvimento".

os melhores artistas vidreiros

Um dos pontos mais importantes para o sucesso da Vicrimag é a equipa que a compõe. O Projecto Estúdio é composto por dez pessoas: seis vidreiros (divididos por duas equipas), entre os quais António Esteves e Franklim Laranjo - os mais conceituados, que são apoiados por três elementos para os fornos e composição, e um director. A opção

foi "reunir alguns dos melhores artistas vidreiros portugueses".

Mas, a cooperação e aprendizagem contínua são imperativos para o desenvolvimento do trabalho. Uma postura que António Noivo acredita corresponder a "uma nova filosofia de produção". A equipa está em formação contínua. Por isso, a concepção de um estúdio aberto, onde são recebidos outros artistas e criadores, em áreas variadas como *design*, arquitectura ou artes plásticas.

O objectivo é que esta troca de impressões com outros especialistas contribua para o desenvolvimento dos profissionais da Vicrimag. Esta postura de abertura encontra complemento na relação de proximidade estabelecida com o público e comunidade. A concepção percebe-se logo na mostra que permite visualizar o trabalho dos mestres a partir do exterior do edifício, e nos contingentes de crianças, que dos varandins do primeiro piso observam os artistas. A ideia foi "transformar este espaço numa sala de visitas da Marinha Grande". Os resultados são visíveis. Durante o ano passado a Vicrimag recebeu cerca de 90 mil visitantes. Ao fim de seis anos e meio, a implantação no mercado está sedimentada. Os produtos da Jasmim podem ser adquiridos em cerca de 100 lojas por todo o país e no estrangeiro. Espanha, França, Itália, Reino Unido, Hong Kong, Japão, Emirados Árabes Unidos, Angola, África do Sul, Brasil, ou Estados Unidos, contam-se entre alguns dos países onde é possível encontrar a linha Jasmim. É que "o mercado português é reduzido" para as 30 mil peças produzidas no ano passado.

João Limão

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 8 | Abril 2003

Propriedade

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Redacção

INDE
Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3º
1700-213 Lisboa
Tel.: 21 8435870
Fax: 21 8435871
E-mail: pl@inde.pt

Mensário

Directora

Cristina Cavaco

Conselho Editorial

Carlos Mattamouros Resende/IDRHa, Cristina Cavaco/INDE, Francisco Botelho/INDE, Guilherme Lewes/IDRHa, Luís Chaves/Minha Terra, Maria do Rosário Serafim/IDRHa, Paula Matos dos Santos/INDE

Redacção

Paula Matos dos Santos (Chefe de Redacção), Francisco Botelho, João Limão, Maria do Rosário Aranha

Colaboraram neste número

ADAE, ADELIAÇOR, ADL, Caio Márcio Silveira (Rede Dlis), Eduardo Ramos Real (Universidade Córdova), Federação Minha Terra, Guilherme Lewes (IDRHa), Jean Bonnal (FAO), Jorge Guimarães (PLPR), Luís Chaves (Minha Terra)

Edição gráfica

Diogo Lencastre (INDE)

Impressão

Diário do Minho
Rua de Santa Margarida, n.º 4
4710-306 Braga

Tiragem

6 000 exemplares

Depósito Legal

n.º 142 507/99

Registo ICS

n.º 123 607



